

PARA ESTUDAR HISTÓRIA DA ÁFRICA

Por um mundo possível
PROJETOS CONVÊNIO UEG / SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - GO





Projeto Abá - Estudos Africanos e Afro-Americanos
Qualificação e capacitação de professores do Sistema
Básico de Ensino no Estado de Goiás.

Para estudar a História da África

Manual Instrucional
(apostila)

Universidade Estadual de Goiás
Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis - PrE
Secretaria de Estado da Educação - SEE/SUEM
Centro interdisciplinar de estudos Áfricas-Américas - CieAA

Anápolis-GO
2008



Scaramal, Eliesse (Org.). Para estudar história da África. (Projeto Abá estudos africanos para qualificação de professores do Sistema básico de Ensino/ Coordenação Geral/ Projeto Abá: Léo Carrer Nogueira). Anápolis: Núcleo de Seleção-UEG, 2008.

Material Cartográfico: Felipe Jorge Kopanakis Pacheco.

Inclui bibliografia e anexos.

1. Educação para a diversidade étnico-racial. 2. Cartografia Histórica da África. 3. História da África. 4. Lei 10.639/2003. 5. Religiões de Matriz Africana na Diáspora. 6. Religiões Afro-brasileiras. 7. Negros-educação. I. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis UEG. II. Centro Interdisciplinar de Estudos África-Américas UEG.





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Reitoria

Luiz Antônio Arantes

Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis

Marcos Antônio Cunha Torres

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Secretária

Milca Severino Pereira

Superintendência de Ensino Médio

Marcos Elias Moreira

PROJETO POR UM MUNDO POSSÍVEL

Coordenação Geral

Eliesse dos Santos Teixeira Scaramal

PROJETO ABÁ

Coordenação Geral

Léo Carrer Nogueira

Coordenação Executiva

Viviane Bueno Velozo PRE

Márcia Cristina Mota SUEM

Equipe de Elaboração do Material Didático

. Concepção

Eliesse Scaramal

. Organização

Clarissa Adjuto Ulhoa

Eliesse Scaramal

Léo Carrer Nogueira

Natália do Carmo Louzada

. Redação e Pesquisa de Texto

Clarissa Adjuto Ulhoa

Eliesse Scaramal

Francisco N'Gunzutala

Léo Carrer Nogueira

Marcos Paulo de Melo Ramos

Marcos Torres

Natália do Carmo Louzada

. Colaboradores de Pesquisa

Elmo Rocha

Marcos Dávila

. Material Cartográfico

Felipe Jorge Kopanakis Pacheco

. Designer Gráfico

Pedro Otto

Weber Caetano

Coordenadores Regionais

Adão Donizete Borges

Alcione F. Mortoza

Arary Cristina de Oliveira

Elizângela Vilela de Almeida Souza

Eurípedes Donizete

Fátima R. P. Menestrino

Genilder Gonçalves da Silva

Izabel Alves Cordeiro Pereira

Madalena D. Silva

Marco Aurélio Bernardes

Nely Borges de S. dos Reis

Sônia Nogueira Leandra

Ubiratan Paulo Galli Vieira

Professores Formadores

Allysson Fernandes Garcia

Ângela Esteu Café

Aparecida Macedo Larindo

Clarice Alves de Araújo

Cláudia Helena Leite

Cristiane de Assis Portela

Davi Lopes Pereira

Dernival Venâncio Ramos Júnior

Elizângela Vilela de Almeida Souza

Fabíola Guimarães Vieira

Felipe Jorge Kopanakis Pacheco

Ieda Leal

José Fernando de Oliveira Moreira

Kênia Gonçalves Costa

Lucinete Jardelina de Oliveira

Madalena Dias S. Freitas

Marco Aurélio Bernardes

Marcos Antônio Ferreira dos Santos

Maria de Fátima Vieira

Neilson Silva Mendes

Noeci Carvalho Mecias

Roseane Ramos Silva dos Santos

Sônia Cleide Ferreira da Silva

Vilcilene Gonçalves Sobrinho

Wellington Cardoso de Oliveira

Bolsistas de Extensão

Adélia Moura Rodrigues

Agatha Lorrana de Oliveira Cardoso

Alessandra Justino de Souza

Cristian Paula Cordeiro Borges

Daiane Matias dos Santos

Deusalina Cardoso Martins

Gilson Souza Andrade

Márcio José Santos

Marcos Paulo de Melo Ramos

Paulo Henrique Pereira Resplandares

Paulo Jean Pereira Alves

Sandra Louzada Borges

Vanderley Teixeira Mota



Apresentação	05
---------------------------	----

MÓDULO I	07
Educação para a Diversidade Étnico-Racial	08

A lei 10.639/2003 e o Papel do Movimento Negro na sua Implementação	09
---------------------------------------------------------------------------	----

Preconceito, racismo e discriminação em sala de aula	10
------------------------------------------------------------	----

Implementando a Educação para a Diversidade Étnico-Racial	10
-----------------------------------------------------------------	----

Papel do professor e da escola no combate às ações preconceituosas, racistas e discriminatórias	11
-------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Conceitos Fundamentais.....	13
-----------------------------	----

Sugestões de Atividades e Recursos Didáticos	19
----------------------------------------------	----

Referências Bibliográficas	22
----------------------------------	----

MÓDULO II

Cartografia Histórica da África	23
----------------------------------------------	----

Apresentação.....	24
-------------------	----

Por que Cartografia Histórica?	26
--------------------------------------	----

História da África - Uma Possível Introdução	28
----------------------------------------------	----

África Pré-Colonial	37
---------------------------	----

1. África Setentrional e Oriental	37
-----------------------------------------	----

1.1. Egito, Núbia (Kush, Méroe, Napata) e Abissínia (Ashum).....	38
------------------------------------------------------------------	----

1.2. Egito tempo e espaço	39
---------------------------------	----

2. África Ocidental	40
---------------------------	----

2.1. Populações do Delta do Níger (Os Yorubás)	41
------------------------------------------------------	----

2.2. Origens dos Yorubás.....	42
-------------------------------	----

2.3. A criação do Mundo - Mito Fundador de Ilê-Ifê.....	42
---------------------------------------------------------	----

2.4. As fontes e o tráfico.....	43
---------------------------------	----

2.5. Confederação yorubana.....	44
---------------------------------	----

2.6. Organização Sócio-política-religiosa	45
-------------------------------------------------	----

3. África Central	46
-------------------------	----

Os Povos Bantos	46
-----------------------	----

4. África Austral	49
-------------------------	----

4.1. O Grande Zimbábue e o Reino do Monomotapa.....	49
-----------------------------------------------------	----

4.2. Tradições Religiosas.....	50
--------------------------------	----

Sugestões de Atividades e Recursos Didáticos	51
----------------------------------------------	----

Referências Bibliográfica.....	54
--------------------------------	----

MÓDULO III

Religiões de Matriz Africana e Afro-Brasileiras	55
--------------------------------------------------------------	----

Introdução.....	56
-----------------	----

O que são as Religiões de Matriz Africana?.....	56
-------------------------------------------------	----

O que são as Religiões Afro-Brasileiras?.....	56
-----------------------------------------------	----

As Nações Diaspóricas	57
-----------------------------	----

1. Sudaneses	57
--------------------	----

1.1. A Nação Ioruba	57
---------------------------	----

1.2. A Nação Jeje.....	58
------------------------	----

2. Bantos	58
-----------------	----

2.1. A Nação Banto.....	58
-------------------------	----

História das Religiões de Matriz Africana e Afro-brasileiras.....	60
-------------------------------------------------------------------	----

Surgimento do Candomblé.....	60
------------------------------	----

As origens da Umbanda.....	60
----------------------------	----

Sincretismo ou transculturação ?.....	61
---------------------------------------	----

Elementos que caracterizam as Religiões de Matriz Africana.....	61
-----------------------------------------------------------------	----

Candomblé de kêtú (Nagô).....	62
-------------------------------	----

O Tambor de Mina no Maranhão.....	63
-----------------------------------	----

Os candomblés de angola	63
-------------------------------	----

Elementos que caracterizam as Religiões Afro-Brasileiras	64
----------------------------------------------------------------	----

A Umbanda	64
-----------------	----

Catimbó e Pajelança	65
---------------------------	----

Sugestões de Atividades e Recursos Didáticos	66
----------------------------------------------	----

Referências Bibliográficas	67
----------------------------------	----

Bibliografia	68
---------------------------	----

ANEXOS	69
---------------------	----

Mapas	69
--------------------	----



Apresentação



Caro (a) professor (a),

Para estudar história da África é preciso romper silêncios, além de desconstruir conceitos e preconceitos, passo fundamental para a destituição de valores que levam à injustiça, à intolerância e, por conseguinte, à violência. Para isso só há um caminho possível: o conhecimento. Esse percurso, entretanto, é tortuoso e romper silêncios não é tarefa fácil. Por isso, caro professor, queremos conhecê-lo, compartilhar da realidade que você, seus alunos e familiares vivenciam em sua região. Conhecer suas expectativas do que um estudo de culturas africanas e afro-americanas pode trazer para seu município, conhecer como são as vivências raciais, sociais e religiosas em sua escola, em sua comunidade e como essas temáticas são tratadas nos livros didáticos adotados em sua sala de aula.

De nossa parte, nos apresentamos como um grupo de professores, pesquisadores e alunos do CieAA, Centro interdisciplinar de Estudos África-Américas, da Universidade Estadual de Goiás, cuja preocupação fundamental é contribuir para a implementação da Lei 10.639/2003 a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileiras e africanas. O CieAA está próximo a você, seja por meio de um dos doze núcleos distribuídos por todo o Estado de Goiás, seja por um portal na internet, o qual abriga grupos de discussão, artigos científicos, divulgação de eventos e outros.

Para contribuir na implementação da Lei 10.639/2003, o CieAA contou com a aprovação do MEC de um Programa de Estudos denominado ABÁ - Estudos africanos e afro-americanos - qualificação e capacitação docente para a formação de multiplicadores. O Projeto ABÁ fortaleceu-se com o apoio da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da UEG e, sobretudo, da Secretaria Estadual de Educação de Goiás especialmente da Superintendência de Ensino Médio da Secretaria Estadual de Educação de Goiás (SEE-GO) e do Conselho Estadual de Educação. Hoje o Projeto ABÁ é parte integrante de um conjunto de ações da Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da UEG denominado *Por um mundo possível...* cujo objetivo principal é levar cursos de extensão para a comunidade goianiense, por meio da qualificação e capacitação de professores da Superintendência do Ensino Médio da Secretaria de Educação do Estado de Goiás.

Nosso primeiro contato pessoal se inicia hoje por meio dessa oficina de qualificação, a qual tem por primeira atividade um questionário. Por favor, preencha-o e o devolva ao aluno-tutor. De nossa parte, garantimos que sua privacidade e anonimato serão preservados, portanto você tem toda a liberdade de expressar suas dúvidas, emoções ou certezas. Os resultados advindos de suas respostas são importantes para que possamos buscar diretrizes para a implementação de políticas públicas educacionais em sua região e *Por um mundo Possível...* Bons estudos.

Prof. Marcos Torres
Pró-Reitoria de Extensão Cultura e
Assuntos Estudantis - UEG

Profa. Eliesse Scaramal
Pró-Reitoria de Extensão - UEG
CieAA UEG



**Segundo a cosmogonia yorubá,
o universo é constituído de três forças elementares:**

Iwá principio de existência;

Axé principio de realização e

Abá principio que induz, que permite que as coisas tenham orientação, direção ou objetivo num sentido preciso.

Axé e Abá para todos os envolvidos na construção de **Um Mundo Possível!**



Módulo I

EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL

Organização, pesquisa e texto:
Elisse Scaramal
Clarissa Adjuto Ulhoa
Natália do Carmo Louzada





Educação para a Diversidade Étnico-Racial

A empresa colonialista do século XVI trouxe para o Brasil um enorme contingente de africanos escravizados que sofreram incontáveis tipos de violência, dentre os quais estão, além da submissão ao trabalho forçado nas casas grandes, minas e lavouras brasileiras, o processo de encobrimento, em que foram obrigados a re-definir vários elementos de sua cultura de origem, incorporando elementos da cultura cristã-ocidental. A violência física tratou de ensinar rapidamente qual a conduta e o lugar social destinados aos africanos e seus descendentes no Brasil e na diáspora americana. Assim sendo, tais povos, a fim de garantir sua sobrevivência, foram obrigados a se adequarem a condições de vida sub-humanas.

Por meio da oralidade, e apesar da violência sofrida, os africanos e seus descendentes mantiveram vivos diversos aspectos de sua cultura, o que foi possível através da negociação de vários elementos culturais e religiosos, uma hibridização, realizada entre povos e etnias africanas diversas, a postura cristã-ocidental e, em muitos casos, a cultura ameríndia.

Mesmo com o fim da escravidão no Brasil, os indivíduos negros foram marginalizados e socialmente tratados como inferiores, tendo sua mentalidade desvalorizada frente à racionalidade ocidental e sua religiosidade demonizada pelas religiões cristãs. A luta por condições igualitárias de vida intensificou-se, de maneira que a comunidade afro-descendente se uniu em torno de uma identidade negra e de ações afirmativas promovidas no sentido de reparar este segmento social dos danos historicamente sofridos. Atualmente, o movimento negro encontra-se fortemente estruturado, sendo amplamente apoiado por intelectuais de diferentes etnias e por diversos grupos político-sociais.

As questões da plena inserção social, do combate ao preconceito e à discriminação e a construção de um olhar positivo sobre a história e cultura africanas, são tratadas como urgentes demandas sociais, a respeito das quais o Estado brasileiro vem empreendendo políticas como o programa de cotas para negros nas universidades e a implementação da lei 10.639/2003 na Rede Básica e Superior de ensino. Por meio de ações como estas que constituem conquistas tanto do movimento negro brasileiro quanto de diversos grupos e indivíduos que debatem a referida problemática, é que se pretende formar uma nova sociedade, atenta à diversidade cultural e étnica do povo que a compõe.





A Lei 10.639/2003 e o Papel do Movimento Negro na sua Implementação:

Os textos a seguir foram produzidos a partir da obra *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*, SECAD, 2006.

- A educação formal sempre se constituiu em marco no panorama das reivindicações do Movimento Negro na luta por uma sociedade mais justa e igualitária
- Ao longo do século XX, a imprensa foi intensamente utilizada como instrumento de suas campanhas; Setores da Frente Negra Brasileira (FNB) criaram salas de aula de alfabetização para os trabalhadores e trabalhadoras negras em diversas localidades;
- Destacam-se as experiências do Movimento Negro Unificado (MNU), a partir do fim da década de 1970 - e seus desdobramentos com a política anti-racista, nas décadas de 1980 e 1990, com conquistas singulares nos espaços públicos e privados - das frentes abertas pelo Movimento de Mulheres Negras e do embate político impulsionado pelas Comunidades Negras Quilombolas;
- Coerentemente com suas reivindicações e propostas históricas, as fortes campanhas empreendidas pelo Movimento Negro tem possibilitado ao Estado brasileiro formular projetos no sentido de promover políticas e programas para a população afro-brasileira e valorizar a história e a cultura do povo negro.
- A partir de 2001, ano em que foi realizada em Durban, na África do Sul, a 3ª Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação, a xenofobia e formas correlatas de intolerância, o Estado Brasileiro compromete-se a eliminar o racismo e a discriminação racial no país, tornando-se signatário da Declaração e do Plano de Ação resultantes desta conferência.
- Entre os resultados, a Lei n. 9.394/96 foi alterada por meio da inserção dos artigos 26-A e 79-B, referidos na Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas no currículo oficial da Educação Básica e inclui no calendário escolar o dia 20 de novembro como "Dia Nacional da Consciência Negra".
- Diante da publicação da Lei nº 10.639/2003, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP 3/2004, que institui as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas a serem executadas pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis e modalidades, cabendo aos sistemas de ensino, no âmbito de sua jurisdição, orientar e promover a formação de professores e professoras e supervisionar o cumprimento das Diretrizes.





A Educação para a Diversidade Étnico-Racial e o Cotidiano Escolar

Preconceito, racismo e discriminação em sala de aula:

- Estudos comprovam que em escolas públicas e particulares a temática racial vem à tona como um elemento que colabora para a inferiorização daquele(a) aluno(a) identificado(a) como negro(a);
- A utilização de apelidos pejorativos para identificarem alunos(as) negros(as) consiste em um ato extremamente freqüente nas escolas, o que demonstra que as crianças e os jovens negros(as) estão ainda sob o jugo de práticas racistas e discriminatórias;
- Os(as) profissionais da educação permanecem cegos em relação ao entrave promovido por eles(as) quando não compreendem em quais momentos suas atitudes diárias acabam por cometer práticas favorecedoras de apenas parte de seus grupos de alunos e alunas;
- O silêncio da escola sobre as dinâmicas das relações raciais permitem que seja transmitida aos(as) alunos(as) uma pretensa superioridade branca. Silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente;

Implementando a Educação para a Diversidade Étnico-Racial

- O plano de ação para a inserção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD-MEC), frente à necessidade da promoção, do respeito mútuo, do respeito ao outro, do reconhecimento das diferenças e da possibilidade de se falar sobre as mesmas sem medo ou preconceito baseia-se nos seguintes princípios:
 - . Socialização e visibilidade da cultura negro-africana;
 - . Formação de professores com vistas à sensibilização e à construção de estratégias para melhor equacionar questões ligadas ao combate às discriminações racial, de gênero e à homofobia;
 - . Construção de material didático-pedagógico que contemple a diversidade étnico-racial na escola;
 - . Valorização dos diversos saberes;
 - . Valorização das identidades presentes nas escolas, sem deixar de lado esse esforço nos momentos de festas e comemorações;





Papel do professor e da escola no combate às ações preconceituosas, racistas e discriminatórias:

Fundamentar a prática escolar diária direcionando-a para uma educação anti-racista é um caminho que se tem a percorrer. Nesse caminhar, podemos identificar alguns pontos básicos que poderão fazer parte das reflexões/ações no cotidiano escolar, no sentido de tratar pedagogicamente a diversidade racial, visualizando com dignidade o povo negro e toda a sociedade brasileira.

a) A questão racial como conteúdo multidisciplinar durante o ano letivo:

- Fazer com que o assunto não seja reduzido a estudos esporádicos ou unidades didáticas isoladas, no intuito de evitar que seja considerada uma questão exótica sem relação com a realidade vivida.
- A questão racial pode ser tratada em todas as propostas de trabalho, projetos e unidades de estudo ao longo do ano letivo.

b) Reconhecer e valorizar as contribuições do povo negro:

- Visualizar a cultura afro-brasileira com consciência e dignidade.
- Enfatizar as contribuições sociais, econômicas, culturais, políticas, intelectuais, experiências, estratégias e valores do povo negro.

c) Abordar as situações de diversidade étnico-racial e a vida cotidiana nas salas de aula:

- Em vez de tratar as questões raciais de forma isolada e esporádica, realizar a contextualização das situações cotidianas, no intuito de fazer com que os alunos aprendam conceitos, analisem fatos e possam então intervir na sua realidade para transformá-la.
- As atividades podem considerar alguns princípios que demandem uma determinada visão de mundo, que assim sendo, valorizem o coletivo e não somente o individual, que apontem na direção de uma problematização de uma memória local, nacional e ao mesmo tempo ancestral.

d) Combater as posturas etnocêntricas para a desconstrução de estereótipos e preconceitos atribuídos ao grupo negro:

- Os conteúdos da área de ciências poderão ser fortes aliados na efetivação dessa metodologia, principalmente por meio da aprendizagem de conceitos e da posterior revisão de nossos próprios conceitos.
- Aliar o saber científico e o saber pedagógico, em busca de fomentar a problematização das práticas sociais para a sensibilização de um olhar mais crítico diante da realidade.

e) Incorporar como conteúdo do currículo escolar a história e cultura do povo negro:

- Os(as) estudantes compreenderão melhor os 'porquês' das condições de vida dessas populações e a correlação entre estas e o racismo presente em nossa sociedade.



- As situações de desigualdade deverão ser ponto de reflexão para todos e não somente para o grupo discriminado, condição básica para o estabelecimento de relações humanas mais fraternas e solidárias. O racismo é um problema de brancos e negros. Logo é um problema que deve ser solucionado por ambas as partes.

f) Recusar o uso de material pedagógico contendo imagens estereotipadas do negro. Buscar construir uma postura pedagógica voltada à desconstrução de atitudes preconceituosas e discriminatórias:
- Estratégia para o fortalecimento da auto-estima e do orgulho ao pertencimento racial de seus alunos e alunas.
- A instituição escolar terá como meta promover o nível de reflexão de seus educadores e educadoras, instrumentalizando-os(as) no sentido de fazer uma leitura crítica do material didático, paradidático ou qualquer produção escolar.

g) Construir coletivamente alternativas pedagógicas com suporte de recursos didáticos adequados:
- É uma empreitada para a comunidade escolar: direção, supervisão, professores(as), bibliotecários(as), pessoal de apoio, grupos sociais e instituições educacionais.
- Algumas ações são essenciais nessa construção: a disponibilização de recursos didáticos adequados, a construção de materiais pedagógicos eficientes, o aumento do acervo de livros da biblioteca sobre o assunto, a oferta de variedade de brinquedos contemplando as dimensões multiculturais.





Conceitos Fundamentais

Para a compreensão acerca do conteúdo ligado à educação para a diversidade étnico-racial, faz-se necessário elucidar conceitos fundamentais, os quais são costumeiramente utilizados no cotidiano da presente discussão.

Ações afirmativas: São medidas que buscam o fim de uma série de desigualdades que foram sendo produzidas, reproduzidas e acumuladas ao longo da história humana, bem como pretendem compensar as inúmeras perdas provocadas pela exclusão social, discriminação e marginalização, dentre outras ações oriundas do julgamento por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero, etc. Assim, a intenção das ações afirmativas gira em torno da busca por garantir igualdade de oportunidade e tratamento às minorias, funcionando como primeiro passo para a inclusão destes nas esferas sociais das quais não fazem parte. Um exemplo de ação afirmativa é o sistema de cotas para negros que queiram ingressar no ensino superior, que já foi adotado por algumas universidades públicas brasileiras, como a UNB, a UERJ, a UNEB e a UEG.

Afro-descendentes: O termo *afrodescendente* se refere aos/às descendentes de africanos(as) na diáspora, em contextos de aproximação política e cultural, e é utilizado como correlato de *negros(as)* ou, às vezes *pretos* nos países de língua portuguesa, como o Brasil, de *african american* na língua inglesa, em países como os Estados Unidos (onde também se usa o termo *black*) (SECAD, 2006: 215). Entretanto, no Brasil este termo não necessariamente diz respeito a uma comunidade negra, uma vez que existem indivíduos que são descendentes de africanos, mas são socialmente reconhecidos como brancos, o que demonstra o limite do termo para esse contexto. Uma questão importante é que, em termos oficiais, no Brasil há duas categorizações importantes a serem consideradas: o termo negro (a) refere-se, comumente, à raça em um sentido social e histórico do termo e não no sentido biológico. Por outro lado, os termos pretos (as) e pardos (as) referem-se à cor no sentido epidérmico do termo. Já o termo branco (a) refere-se, concomitantemente, tanto à raça quanto à cor. Em qualquer caso, é importante frisar que esses termos não podem vir descontextualizados dos aspectos, sociais (de identidade e identificação) e históricos que foram construídos (GOMES, 2005).

Colonização: Processo de povoamento e exploração de determinado território por povos externos a ele. No caso do Brasil, foi uma ação organizada e realizada oficialmente por Portugal a partir do século XV durante a expansão marítima, tornando-se a metrópole da colônia brasileira. O ato de colonizar outro território neste período determinava uma série de obrigações a serem cumpridas pelos povos dominados, dentre elas o exclusivismo comercial, que consistia na obrigatoriedade da colônia comercializar apenas com sua metrópole. O Brasil deixou de ser colônia portuguesa apenas em 1822.

Colonialismo: Por colonialismo deve-se ter em mente uma precisa periodização histórica, que vai de 1870 a 1914, também conhecida por “Era do Imperialismo”. Nesta periodização as grandes potências européias iniciaram uma ferrenha disputa pela partilha do continente africano e por extensão de partes da Ásia e da Oceania. É importante ressaltar que, segundo o Dicionário do Pensamento Social do Século XX, “os efeitos do colonialismo variavam de acordo com as circunstâncias locais e antecedentes históricos, os governos coloniais se orgulhavam de seu papel de guardiões da ordem local” (OUTHWAITE & BOTTOMORE, 1996: 102). Essa ordem, entretanto, era baseada nos padrões ocidentais de superioridade racial branca, de civilização sobre a barbárie, da supremacia da escrita sobre a oralidade, da religião monoteísta sobre a diversidade religiosa. Assim o colonialismo teve efeito vital na diferenciação racial e na divisão do mundo entre centro (Europa) e periferia (África, América, Ásia e Oceania).



Cultura/Cultura Negra: Conceito central das humanidades e das ciências sociais e que corresponde a um terreno explícito de lutas políticas. Para Muniz Sodré, a demonstração de cultura está comprometida com a demonstração da singularidade do indivíduo ou do grupo no mundo: "A noção de cultura é indissociável da idéia de um campo normativo. Enquanto ele emerge, no Ocidente, surgiram também as regras do campo cultural, com suas sanções - positivas e negativas" (SODRÉ, 1988). Podemos conceituar o termo cultura como estratégia central (no sentido de negociação) para a definição de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo, um recurso para a afirmação da diferença e da exigência do seu reconhecimento e um campo de lutas e de contradições. (SECAD, 2006: 217).

Democracia Racial: Realidade em que os diferentes grupos étnicos vivem em situação de igualdade social, racial e de direitos. No Brasil "o mito da democracia racial" pode ser compreendido como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no país como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos preconceituosos e discriminações construídas sobre esse grupo racial. Se seguirmos a lógica desse mito, ou seja, de que todas as raças e/ou etnias existentes no Brasil estão em pé de igualdade sócio-racial e que tiveram as mesmas oportunidades desde o início da formação do Brasil, poderemos ser levados a pensar que as desiguais posições hierárquicas existentes entre elas devem-se a uma incapacidade inerente aos grupos raciais que estão em desvantagem, como os negros e os indígenas. Dessa forma, o mito da democracia racial atua como um campo fértil para a perpetuação de estereótipos sobre os negros, negando o racismo no Brasil, mas simultaneamente, reforçando as discriminações e desigualdades raciais (GOMES, 2005).

Díspora: Palavra de origem grega significando "dispersão". Designando, de início, principalmente o movimento espontâneo dos judeus pelo mundo, hoje aplica-se também à desagregação que, compulsoriamente, por força do tráfico de escravos, espalhou negros africanos por todos os continentes. A diáspora africana compreende dois momentos principais. O primeiro, gerado pelo comércio escravo, ocasionou a dispersão de povos africanos através do Atlântico, quanto através do Oceano Índico e do Mar Vermelho, caracterizando um verdadeiro genocídio, a partir do séc. XV quando talvez mais de dez milhões de indivíduos foram levados, por traficantes europeus, principalmente para as Américas. O segundo momento ocorre a partir do séc. XX, com a imigração sobretudo para a Europa em direção às antigas metrópoles coloniais. O termo "diáspora" serve também para designar, por extensão de sentido os descendentes africanos nas Américas e na Europa e o rico patrimônio cultural que construíram. (LOPES, 2004: 236).

Discriminação Racial: Ação, atitude, ou manifestação contra uma pessoa ou grupo de pessoas em razão de sua raça ou "cor". A discriminação acontece quando o racista externaliza seu racismo ou preconceito e age de alguma forma que prejudica uma pessoa ou grupo (MULLER, 2005). De acordo com a Convenção da ONU de 1966, discriminação racial "significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica, que tenha como objeto ou efeito anular ou restringir o conhecimento, o gozo ou exercícios, em condições de igualdade, dos direitos humanos e liberdades fundamentais do domínio político, social ou cultural, ou em qualquer outro domínio da vida pública" (ONU apud SANT'ANA, 2004). A palavra discriminar significa "distinguir", "diferenciar", "discernir". A discriminação racial pode ser considerada como prática do racismo e a efetivação do preconceito. Enquanto o racismo e o preconceito encontram-se no âmbito das doutrinas e dos julgamentos, das concepções de mundo e das crenças, a discriminação é a adoção de práticas que os efetivam. (SECAD, 2006: 217/218).

Diversidade: As educadoras Gomes & Silva nos indicam que "o trato da diversidade não pode ficar a critério da boa vontade ou da implantação de cada um. Ele deve ser uma competência político-pedagógica a ser adquirida pelos profissionais da educação nos seus processos formadores, influenciando de





Maneira positiva a relação desses sujeitos com os outros, tanto na escola quanto na vida cotidiana" (2002, p.29-30). Nas palavras de Sodré, "A diversidade étnico-cultural nos mostra que os sujeitos sociais, sendo históricos, são também, culturais. Essa constatação indica que é necessário repensar a nossa escola e os processos de formação docente, rompendo com as práticas seletivas, fragmentadas, corporativistas, sexistas e racistas ainda existentes" (2001). Nesse sentido, afirma Nilma Lino Gomes: "Assumir a diversidade cultural significa muito mais do que um elogio às diferenças. Representa não somente fazer uma reflexão mais densa sobre as particularidades dos grupos sociais, mas, também, implementar políticas públicas, alterar relações de poder, redefinir escolhas, tomar novos rumos e questionar a nossa visão de democracia" (2003). (SECAD, 2006: 218).

Escravidão: Consiste em uma prática social na qual um indivíduo se submete ou é submetido a outro, seja por dívidas, por captura de guerras ou por vontade própria. Alguns povos da África Ocidental, por exemplo, antes da presença européia no continente contavam com escravos entre seus familiares. Isto porque, dada a grande extensão de terras cultiváveis, a riqueza era determinada não pela sua posse, mas sim pelo número de pessoas que nela trabalhavam. Assim, alguns clãs realizavam incursões a aldeias, povos ou reinos vizinhos com o intuito de capturar escravos para serem integrados às suas famílias. Na Grécia também havia escravidão por dívidas, captura de guerra ou por descendência, não importando a cor da pele do indivíduo. Sendo assim, a escravidão não está necessariamente ligada à violência ou à racialização, e o escravo não perde sua condição humana para se tornar um objeto ou mercadoria.

Escravidão: Consiste na utilização da Escravidão pelo sistema colonialista, tornando-se um modo de produção marcado pelo caráter racial. No escravismo, a condição de escravo é imposta por meio da força, tendo em vista que estes são expostos a trabalhos pesados, em variadas condições de insalubridade, obrigados a atenderem às ordens de seus senhores, sob o risco de receberem castigos físicos, dentre outras formas de punição. Assim, de acordo com a lógica escravista, o escravo possuía o status de mercadoria, podendo ser comercializado como qualquer outro objeto. No Brasil, o escravismo foi visto como mecanismo capaz de auxiliar no crescimento acelerado dos lucros gerados pela atividade agrícola e mineradora, tendo como mão-de-obra primeiramente os indígenas e depois os negros africanos.

Etnia/Grupo Étnico: Geralmente uma palavra usada para se referir a diferentes grupos raciais ou nacionais que se identificam em virtude de suas práticas, normas e sistemas de crença em comum. Ao serem denominados grupos étnicos são de hábito implicitamente identificados por estar numa minoria e possuir uma gama de atitudes ou tradições diferentes das defendidas e aderidas pela maioria dos membros da sociedade. Dessa maneira, etnia denota a autoconsciência das próprias distinções culturais por parte de um grupo específico. Como se evidencia por si só, a afirmação de identidade étnica pode ser unificadora ou divisora em igual medida muitas vezes dependendo de quem a está afirmando, ou em relação a quem, e em que contexto. Em algumas situações a posse autoconsciente de uma identidade étnica poderia ser uma experiência unificadora (por exemplo um ponto de interesse para uma determinada comunidade). Em outras situações, a atribuição de "etnia" poderia ser considerada uma forma provocativa e dolorida de estereotipar o racismo incorporado. Então a questão se vira para *quem* ativamente designa um grupo social específico como "étnico": pois definir como "étnico" e afirmar a própria "etnia" são duas coisas muito diferentes. Em ambos os casos, o que está em risco pode ser uma questão de poder, uma vez que a afirmação de etnia pode ser lida como uma afirmação de identidade em face do *status quo* social, já que definir os outros desta maneira pela "opinião da maioria" pode ser uma manifestação opressiva do poder das forças, interesses mais dominantes da sociedade. (EDGAR & SEDGWICK, 2003: 117).

Hibridização: De acordo com Zilá Bernd, "por híbrido queremos nos referir a um processo de ressimbolização em que a memória dos objetos se conserva e em que a tensão entre elementos díspares gera novos objetos culturais que correspondem a tentativas de tradução ou de inscrição subversiva da cultura de origem em uma outra cultura" (BERND, 2004: 101). Desta forma, hibridização é um conceito possível de ser utilizado em detrimento do conceito de sincretismo, uma vez que este último pressupõe uma falsa pacificação dos grupos africanos, por exemplo, diante da imposição do cristianismo.



Identidade/Identidade Negra: A noção de identidade é abordada por diversas áreas do conhecimento. Portanto, podemos tratar de vários tipos de identidade. No tocante à identidade racial ou étnica, o importante é perceber os seus processos de construção, que podem ser lentos ou rápidos e tendem a ser duradouros. É necessário estar atento aos elementos negativos, como os estereótipos e as situações de discriminação. Além disso, é necessário ater-se à vontade de reconhecimento das identidades étnicas, raciais e de gênero dos indivíduos e dos grupos. Também é preciso compreender que, no mundo contemporâneo, os indivíduos constroem e portam várias identidades (sociais, étnicas e raciais, de faixa etária, gênero, orientação sexual e outros) (SECAD, 2006: 219/220). A identidade não é algo inato. Ela se refere a um modo de ser no mundo e com os outros. É um fator importante na criação das redes de relações e de referências culturais dos grupos sociais. Indica traços culturais que se expressam através de práticas linguísticas, festivas, rituais, comportamentos alimentares e tradições populares referências civilizatórias que marcam a condição humana. Portanto, a identidade não se prende apenas ao nível da cultura. Ela envolve também os níveis sócio-político e histórico em cada sociedade. Assim, a identidade vista de uma forma ampla e genérica é invocada quando "um grupo reivindica uma maior visibilidade social face ao apagamento a que foi historicamente submetido". (NOVAES, 1993:2003). A identidade negra é entendida, aqui, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (GOMES, 2005).

Multiculturalismo: Coexistência de várias culturas no mesmo espaço, no mesmo país, na mesma cidade, na mesma escola. Para Gonçalves e Silva, "embora o multiculturalismo tenha se transformado, com apoio da mídia e das redes informais, em um fenômeno globalizado, ele teve início em países nos quais a diversidade cultural é vista como um problema para a construção da unidade nacional. (...) Em suma, o multiculturalismo, desde sua origem, aparece como princípio ético que tem orientado a ação de grupos culturalmente dominados, aos quais foi negado o direito de preservar suas características culturais" (2001, p. 19-20). Ainda que da perspectiva do multiculturalismo seja apresentada uma visão relativista dos valores, Capelo pondera que "o multiculturalismo não pode abrir mão da igualdade de direito e das necessidades compensatórias, caso contrário terá contribuído para excluir, para separar, para fragmentar, permitindo que a dominação sobre a minoria seja mais eficiente" (2003, p. 129). (SECAD, 2006: 220).

Oralidade: Plano de transmissão dos saberes em várias sociedades, aparentemente posto em segundo plano na modernidade. Além disto, considera-se que a oralidade é o meio de transmissão de conhecimento de grupos e coletividades tradicionais, em particular, aquelas que não registram seus fenômenos através da escrita. No entanto, a expressão oral pode ocorrer vinculada a expressões visuais e corporais, artísticas e musicais, e, inclusive, escritas. A palavra, a fala, são primordiais na expressão oral como portadoras do conhecimento do grupo social em questão: "O ouvir, juntamente com o olhar e sentir, é necessário para apreender, distinguir, entender fatos de que se é testemunha, palavras que se ouvem, situações nas quais se é envolvido ou nas quais a pessoa se envolve. (...) O falar é a síntese do que se ouviu, presenciou, concluiu, e expressa tanto por palavras, como por gestos, muitas vezes apenas por gestos, decisão, encaminhamentos, formas de agir". (SILVA, 2003: 188 *apud* SECAD, 2006: 221).

Preconceito/Preconceito Racial: O preconceito é, primeiramente, uma opinião que se emite antecipadamente, a partir de informações acerca de pessoas, grupos e sociedades, em geral infundadas ou baseadas em estereótipos, que se transformam em julgamento prévio, negativo. "Os preconceitos são opiniões levianas e arbitrarias, mas que não surgem do nada. Nem, ao contrário do que se possa pensar, são opiniões individuais. Em geral, nascem da repetição irrefletida de julgamentos que já ouvimos antes mais de uma vez. Finalmente, à força de tanta repetição, terminamos por aceitá-los como verdadeiros. E os repetimos sem sequer nos preocuparmos em verificar quão certos são" (INSTITUTO INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS, 1995, p.17 *apud* SECAD, 2006: 221). O preconceito racial é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou





conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro (GOMES, 2005).

Raça: A noção de raça se configurou no pensamento ocidental a partir das obras de filósofos e cientistas dos séculos XVIII e XIX, que, em geral, caracterizavam os povos apoiando-se nas diferenças aparentes e os hierarquizavam a seu modo, tratando, sobretudo, as raças brancas como superiores às raças amarelas e mais ainda às negras, dentre outras. As ciências naturais contemporâneas apontam para a inexistência de raças biológicas, preferindo falar em uma única espécie humana. No entanto, as ciências sociais, reconhecendo as desigualdades que se estabeleceram e se reproduzem com base no fenótipo das pessoas, especialmente em países que escravizaram africanos(as), concordam com a manutenção do termo raça como uma construção social que abrange essas diferenças e os significados a elas atribuídos, que estão na base do racismo (SECAD, 2006: 222). Os(as) militantes do movimento negro e intelectuais que adotam o termo "raça" não o adotam no sentido biológico, pois segundo os atuais estudos de genética não existem raças humanas. Na realidade eles trabalham o termo "raça" atribuindo-lhe um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro e considerando as dimensões histórica e cultural que este nos remete. Por isso, muitas vezes, alguns intelectuais ao se referirem ao segmento negro utilizam o termo étnico/racial, demonstrando que estão considerando uma multiplicidade de dimensões e questões que envolvem a história, a cultura e a vida dos negros no Brasil (GOMES, 2005).

Racialismo: Também conhecido como racismo científico, o racialismo consiste em um neologismo que designa a "teoria científica das raças". Isto é, estudos sobre as raças humanas, os quais foram realizados principalmente no século XIX. De acordo com Appiah, racialismo é a "visão de que existem características hereditárias, possuídas por membros de nossa espécie, que nos permitem dividi-los num pequeno conjunto de raças, de tal modo que todos os membros dessas raças compartilham entre si certos traços e tendências que eles não têm em comum com membros de nenhuma outra raça" (APPIAH, 1997: 33).

Racismo: Remete a um conjunto de teorias, crenças e práticas que estabelece uma hierarquia entre as raças, consideradas como fenômenos biológicos (MUNANGA, 2004). Doutrina ou sistema político fundado sobre o direito de uma raça (considerada pura ou superior) de dominar outras; preconceito extremado contra indivíduos pertencentes a uma raça ou etnia diferente, geralmente considerada inferior; atitude de hostilidade em relação à determinada categoria de pessoas (SECAD, 2006: 222). O racismo é, por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de idéias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou crença particular como única e verdadeira. Em sua forma individual, manifesta-se por meio de atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos; podendo atingir níveis extremos de violência. Em forma institucional, implica práticas discriminatórias sistemáticas fornecidas pelo Estado ou com seu apoio indireto (GOMES, 2005).

Racista: O indivíduo considerado racista é aquele que se encontra em uma situação de poder, legitimado pela sociedade em que se encontra. No Brasil, um homem negro que se recusa a dividir o mesmo espaço com um homem branco devido à questão racial, por exemplo, não pode ser considerado racista, uma vez que ele não se encontra em uma posição de poder, tendo em vista que o negro ainda é considerado inferior por grande parte da sociedade brasileira. O que pode ser observado na pequena quantidade de indivíduos negros nas instituições públicas de ensino superior, em cargos ligados ao governo, dentre outros aspectos.

Segregação Racial: Separação forçada e explícita, com base na lei ou no comportamento social de grupos étnicos e raciais considerados como minoritários ou inferiores. Como nos indica Hélio Santos: "A segregação institucional, tipo apartheid, felizmente, nos dias atuais está em desuso. Há setores da sociedade brasileira tão fechados para algumas pessoas que poderiam dizer que há uma segregação, não oficial, mas que funciona" (2001, p.83). (SECAD, 2006: 222).



Território / Territorialidade: Para entendermos o conceito de territorialidade em África, é necessário verificarmos a complexidade do imaginário africano tradicional. Antes, é preciso entender que tradicional, nesse caso, não é igual a velho, estático e se evolução. A territorialidade se dá através da força vital, da energia concentrada em tal espaço, sem fronteiras rígidas. A territorialidade pode ser percebida como espaço de práticas culturais nas quais se criam mecanismos identitários de representação a partir da memória coletiva, das suas singularidades culturais e paisagens. A territorialidade seria assim resultante de uma unidade construída, em detrimento das diferenças internas, porém evocando sempre a distinção em relação às outras territorialidades. (SECAD, 2006: 223).

Xenofobia: Aversão, medo injustificado a pessoa e coisas estrangeiras; ódio ao estrangeiro. O termo xenofobia também é considerado a condição psicológica para descrever pessoas que temem ou abominam grupos tidos como estrangeiros. Historicamente, o Brasil viu com reservas a presença de alguns imigrantes internacionais. No final do período imperial, não se admitia a presença de imigrantes africanos e asiáticos. Na época do nacionalismo do Estado Novo praticou-se o racismo e a xenofobia aberta ante a diversas nacionalidades, com a justificativa de que certas nacionalidades poderiam ser mais bem "assimiladas" pela sociedade brasileira e outras não, por meio de uma legislação excludente, revestindo-se também de roupagem tipicamente autoritária das circulares e ordens secretas e acompanhada de um clima xenófobo (MILESI, BONASSI & SHIMANO, 2000, p. 57). (SECAD, 2006: 223).





Sugestões de Atividades e Recursos Didáticos

É importante ressaltar que as atividades aqui propostas apenas obterão o sucesso desejado mediante o planejamento sistematizado das ações a serem empreendidas, traçando as metas e o roteiro a ser seguido pelos professores e pelos alunos envolvidos.

1. Atividades Sugeridas:

- Painéis com fotos das crianças da classe usando títulos a exemplo de "Somos todos diferentes, cada um é cada um", "Quem sou eu, como sou".
- Confecção de álbuns familiares com fotos ou desenhos, livros de família, exposição de fotos, entrevistas com as pessoas mais velhas, sessão de narração de histórias com os(as) familiares dos(as) alunos(as).
- Feira de cultura da turma com as contribuições culturais que cada família poderá apresentar (exposição de objetos de suas casas, narração de "causos" e de histórias).
- Construção de gráficos e estimativas relativas às diferenças e semelhanças encontradas nas famílias e na comunidade;
- Confecção de um livro da turma com nomes e seus significados.
- Estudo das palavras de origem africana que são comuns em nosso idioma, confeccionando um dicionário contendo esses termos.
- O recontar de mitos africanos, dando outra visão à criação do mundo, o que possibilitará momentos de envolvimento da imaginação e da emoção.
- Fazer, quando possível, uma incursão por territórios negros e locais de memória que tenham sido produzidos a partir de uma participação histórica negra (centro da cidade, igrejas, terreiros de religião de matriz africana, bairros da cidade, comunidades, favelas, museus).
- Pesquisar em materiais impressos e na internet os símbolos e culturas africanas, promovendo a reprodução dos desenhos utilizando a escala.
- Usar charges para analisar criticamente fatos de discriminações e racismos, com os quais os(as) alunos(as) poderão fazer analogia com a sua realidade.
- Promover reflexões sobre a imagem da população negra representada nas novelas das redes de televisão.
- Incentivar debates acerca da legislação atual sobre racismo e as ações afirmativas da atualidade; usar como estratégia de debates o júri simulado a partir de esquetes, expressando situações de racismo, representadas pelos(as) alunos(as).
- Fomentar a formação de grupos de teatro com a proposta de interpretar/encenar textos que reflitam a questão racial.
- Fazer o levantamento e análise de obras de artistas negros(as) ou que trabalham com a temática étnico-racial, estudando suas obras e suas biografias;



- Criar um folder sobre artistas negros(as) e suas obras, promovendo uma pequena exposição de trabalhos inspirados nestes artistas.
- Pesquisar alguns dos instrumentos musicais de origem africana, planejar e selecionar materiais alternativos para a confecção deles. Fazer exposição dos instrumentos confeccionados com explicação e história de cada instrumento.
- Promover o trabalho de pesquisa histórica sobre festas e danças regionais, sobretudo aquelas ligadas à cultura negra. Apresentar estas pesquisas para a comunidade.
- Pesquisar sobre a capoeira, realizando um paralelo com a resistência do povo negro.
- Fazer levantamento e ouvir, interpretar e debater acerca de músicas que tratem de maneira positiva a pessoa negra, seja criança, adolescente, jovem ou adulta, seja feminina ou masculina.
- Possibilitar a criação de uma "rádio" pelos estudantes, como também um jornal (periódico e/ou mural) onde esta discussão esteja presente.

2. Recursos Didáticos:

a) Vídeos/Filmes:

- Cidade dos Homens - 1º Temporada. 2002 Cesar Charlone. Kátia Lund. Paulo Lins, Fernando Meirelles, Regina Case.
Temas: Vida na periferia, relações sociais entre negros e brancos, discriminação, racismo.
- Cobiças. 1997. 118 min. Alfre Woodard.
Tema: Teorias científicas de superioridade racial.
- Kiriku e a Feiticeira. 1998. 71 min. Michel Ocelot.
Temas: A visão de uma aldeia africana, o herói negro, o preconceito a partir de características físicas. A tolerância religiosa.
- Narciso, Rap. 2003. 15 min. Jéferson De.
Temas: Identidade negra e identidade branca: o menino negro quer ser branco e rico, e o menino branco quer cantar rap como os negros.
- Nota 10. Canal Futura / A Cor da Cultura. Paulo Barreto Leblanc.
Temas: Racismo, Discriminação racial, Educação para as relações étnico-raciais.
- O Contador de Histórias. 2000. 50 min. Roberto Carlos. Ed. Leitura.
Tema: A questão da oportunidade.
- Sonho Americano. 1996. 118 min. David Knoller.
Temas: Religião, identidade, crença, preconceito: o menino que desenhou Cristo negro.
- Tudo aos Domingos. 1998. 05 min. George Tillman.
Tema: As tradições africanas na vida das pessoas.
- Um Grito de Liberdade. 1987. 157 min. Richard Attenborough.
Temas: Apartheid na África do Sul e luta contra o racismo.





- Uma Onda no Ar. 2002. 92 min. Helvécio Ratton.
Temas: Luta, resistência cultural e política contra o racismo e a exclusão social através de uma rádio.
- Vista minha Pele. 2003. 50 min. Joelzito Araújo.
Tema: A discriminação racial na vida cotidiana de adolescentes.

b) Músicas:

- Canta BRASIL - Alcyr Pires Vermelho
- Canto das Três Raças - Clara Nunes
- Dia de Graça - Candeia
- Haiti - Caetano Veloso e Gilberto Gil
- Kizomba, Festa de Raça - Luis Carlos da Vila
- Lavagem Cerebral - Gabriel, o Pensador
- Mão de Limpeza - Gilberto Gil
- Milagres do Povo - Caetano Veloso e Gilberto Gil
- Pelo Telefone - Ernesto dos Santos (Donga)
- Retrato em Claro e Escuro - Racionais MC's
- Sorriso Negro - Dona Ivone Lara

c) Poemas:

- Ashell, Ashell, pra todo mundo, Ashell - Elisa Lucinda.
- Identidade - Pedro Bandeira
- Mahin Amanhã - Miriam Aves.
- Quem sou eu? - Luiz Gama.
- Salve Mulher Negra - Oliveira Silveira.
- Serra da Barriga - Jorge de Lima.
- Tem Gente com Fome - Solano Trindade.



EDGAR, Andrew & SEDGWICK, Peter. *Teoria cultural de A a Z*. São Paulo: Contexto, 2003.

GOMES, Nilma Lino. *Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão*. In: Ricardo Henriques. (Org.). *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no. 10.639/03*. 1ª ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005, v. , p. 39-62.

LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília. 2006. MEC/SECAD.

OUTHWAITE, William & BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.



Módulo II

CARTOGRAFIA HISTÓRIA DA ÁFRICA

Organização, pesquisa e texto:

Eliesse Scaramal

Felippe Jorge kopanakis Pacheco

Léo Carrer Nogueira

Marcos Paulo de Melo Ramos





Cartografia História da África

Bantos, Sudaneses, Ketus, Minas, Yorubás, Jeje, Nagôs, Lucumís, Mandingas, Nãñigos, Benguelas, Malês, Haussás, Fanti-Ashanti, Cabindas, Congos.... quem foram e quem são? Em quais regiões da África viviam ou vivem? E nas Américas, onde ficaram? E hoje, onde estariam? Até o presente momento a história ensinada pouco divulgou essas questões.



Conforme bem orienta as *Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira* (2004; p.17) a obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura afro-brasileira e africana nos currículos da Educação básica é uma decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores, posto que, com tais medidas há um devido reconhecimento e valorização nos bancos escolares de 42% da população brasileira.

Até o presente momento essa população só conheceu a história de sua ascendência pelo viés *colonialista* e subalternizado do sistema escravocrata. Atualmente, a que pese a inegabilidade histórica de tal modelo interpretativo, propõe-se retomar a positividade e centralidade das populações africanas tanto na própria África quanto na *diáspora* americana. Trata-se de uma decisão política cuja direção está nas mãos da História. Uma História com os pés no passado e olhar voltado para o futuro.

A deliberação de focar temas africanos na diáspora americana e não apenas no Brasil faz-se importante pelo sentimento identitário que re-localiza o Brasil como parte constituinte das Américas. O Brasil, por suas dimensões continentais e por seu idioma hegemonicamente lusitano, afastou-se das demais culturas americanas, de sua história e vivências. A retomada desse sentimento identitário pode ser, mais uma vez, reiniciado pelo conhecimento da história das culturas africanas em sua diáspora americana.

Ademais, para estudar História da África, deve-se estar ciente de que **toda manifestação cultural é fruto de escolhas**. E escolhas culturais não devem ser objetos de juízo de valor. Um exemplo: as formas arquitetônicas apresentadas em todo o continente africano são tributárias de **escolhas** racionais, estéticas, econômicas, pragmáticas e filosóficas.



Figura 2



Figura 3



Figura 1



Figura 4

Assim, os egípcios (africanos do Norte de África) construíram pirâmides e palácios de pedras (figura 1). Os Tuaregues (também africanos do Norte de África) construíram casas em forma de tendas de couro e palha (figura 2). Os Musgungus (da atual República dos Camarões) escolheram construir casas cônicas de barro (figura 3). Alguns Malineses (República do Mali - África Ocidental) projetaram casas móveis (figura 4).

Essa diversidade de escolhas, no entanto, não faz de nenhum dos povos africanos mais ou menos “adiantado”, “desenvolvido”, ou “atrasado” que o outro. E muito menos faz do africano mais ou menos “atrasado” ou “civilizado” que o europeu, o asiático ou americano. Conforme anteriormente afirmado: cultura é escolha. Escolhas essas baseadas em racionalidade e inteligência, ambas mediadas pela estética e pela economia seletiva de elementos da natureza que melhor se ajustem ao sentido da

vida que se pretende levar.

Isto porque durante vários séculos o continente africano foi alvo de inúmeros estereótipos e construções imaginárias a respeito de seus povos e das diversas culturas ali desenvolvidas. É notório, ao analisarmos a visão que os países ocidentais tem sobre o continente, a percepção de que o continente africano é muitas vezes associado a um ideal de atraso, barbárie e selvageria, estereótipos que são ainda hoje mantidos e alimentados por uma mídia racista e parcial. Mas estes estereótipos não vem de agora. Eles são frutos de um longo processo de ressignificações e associações construídas em torno do continente africano. Desde os primeiros contatos com a África, o olhar ocidental atribui ao continente africano uma idéia de inferioridade. No período imperialista, estes ideais ganham contornos mais precisos, principalmente depois dos estudos “científicos” que deram origem ao que chamamos hoje de racionalismo científico. Estes ideais, decorrentes em grande parte do enorme desconhecimento que se tinha do continente africano, ganham um contorno científico a partir do século XVIII.

No campo da história, é recorrente a versão de Hegel de que “a África não tem interesse histórico próprio, senão o de que os homens vivem ali na barbárie e selvageria, sem fornecer nenhum elemento à civilização”(HEGEL apud HERNADEZ, Leila Leite, 2005, p. 20). Estas idéias são reforçadas pelos sistemas de classificação biologicistas, como o sistema natural de Charles Linné, que tipifica a raça humana em cinco tipos diferentes, a saber: o homem selvagem, o americano, o europeu, o asiático e o africano, a cada um sendo atribuídas características biológicas, culturais e psicológicas inatas. No caso do africano, ele foi assim definido:

Negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos; pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos; engenhoso, indolente, negligente. Unta-se com gordura. Governado pelo Capricho. BURKE apud HERNANDEZ, Leila Leite, 2005, (p. 19).

Este discurso classificatório, que atribuía ao negro características inferiorizantes, foi apropriado e utilizado pelo discurso político-ideológico europeu que justificava o tráfico atlântico de escravos africanos, assim como toda a violência física e simbólica contra eles praticados nas Américas.

Assim, ao longo de vários séculos foi-se construindo sobre a África um imaginário negativizado, que a coloca como o continente sem lei, sem cultura e sem história, um continente estanque, que vive em constante estado de selvageria e barbárie. A mesma lógica da construção deste imaginário é que alimenta hoje os racismos e preconceitos existentes sobre o negro, e os estereótipos que ainda hoje são matidos sobre a África e os diversos povos que ali vivem.

Conhecer o continente africano, portanto, se torna o primeiro passo para desmistificarmos estes estereótipos. Estudar os povos que ali viveram, as culturas que ali se desenvolveram, e as grandes civilizações que tiveram no continente africano seu berço e sua história.

Para isto, temos que ter em mente que o estudo do diverso traz desafios epistemológicos e didáticos. O fato de termos sido educados (e doutrinados) na perspectiva ocidentocartesiana a qual preconiza a divisão do mundo em partes para depois generalizar em conceitos universais traz uma terrível dificuldade quando se propõe estudar e



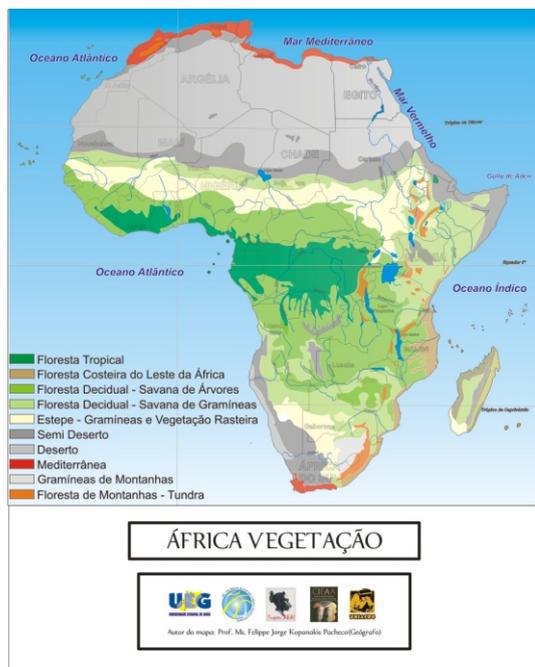
ensinar história da África. No que se refere à África, há uma inconformidade de termos e sentidos para conceitos comumente encontrados na história ocidental que necessariamente não encontra correspondência imediata com a realidade africana. Como exemplo, pode-se citar as dificuldades de adequação terminológicas para as unidades e organizações políticas e sociais do continente africano.

A terminologia, mormente utilizada para a história européia, asiática e até americana, tais como estados, impérios, reinos, países, nações, tribos, etnias e até culturas não podem ser aplicadas de uma maneira universal à África, posto que uma das características das organizações políticas e sociais deste continente (sobretudo antes dos século XIX) era a autonomia local. Assim sendo, caro professor, não se deve estranhar o fato de em uma mesma região e em um mesmo período, várias denominações terminológicas as quais, muitas vezes não se encontra uma correspondência de sentido o presente.

Por fim, lembremo-nos de que para estudar História da África é preciso, antes de tudo, humildade, posto que a África é o continente da diversidade. Essa diversidade está presente tanto na geografia em suas interfaces físicas e humanas, quanto na filosofia, nas cosmogonias, nas artes... as quais agem de forma interativa e multifacetada com a História vivenciada e constantemente re-criada. Daí, quando da organização desse programa, deparamo-nos com um problema: como apresentar tamanha diversidade em um texto instrumental? Antes de tudo, deve-se ter claro que aqui não se pretende executar exaustivamente tamanha tarefa, qual seja a de mapear a diversidade africana. Contudo, como afirma o intelectual africano Alpha I. Sow (1977, p. 21) “a unidade não apaga a diversidade e não deveria entrar seu reconhecimento”. Logo, menos que apresentar uma meticulosa cartografia humana do continente africano, apresenta-se aqui temas para se construir uma cartografia histórica de algumas organizações políticas e sociais presentes na África antes de 1500.

Por que cartografia histórica?

Muitos historiadores alertam para a necessidade de se desconstruir a idéia de homogeneidade do continente africano. Normalmente, quando se fala em África, se pensa em um grande bloco homogêneo de fome e miséria, alguma savana habitada por animais como girafas, leões e zebras... mas tendo como parte predominante de seu território um deserto desolador e um calor fatigante.



Pode-se iniciar a desconstrução dessa idéia de homogeneidade pela própria geografia do continente. Conforme pode se observar no mapa, o continente africano abriga outras paisagens além de vários grandes desertos (Desertos da Líbia, Núbia, Saara e Calarari) e savanas. Abriga também altos picos e montanhas com neves eternas, passando por densas florestas, até por um tipo de vegetação denominada mediterrânea, que abriga pinheiros e vastas pastagens, além de regiões pantanosas. Por outro lado, grande parte do subsolo africano é rico em metais preciosos, como ouro e diamantes. Aliás, a maior reserva de diamantes do planeta terra está localizada exatamente ao sul do continente africano, os quais são extraídos com moderníssima tecnologia. Em termos de extensão territorial (incluindo o continente e a parte insular) a África alcança uma superfície de 30.264.000 km², correspondendo aproximadamente a um quinto das terras emersas do Globo.

Comumente pode-se encontrar variadas formas de divisão geográfica do continente africano, variando de perspectivas colonialistas (África portuguesa, África islâmica, etc), paisagística, (África equatorial, mediterrânea, etc), lingüística ou ainda racial (África branca e África negra), sendo essa última a mais divulgada nos manuais didáticos. Entretanto, a corriqueira divisão do continente em África Branca (ao norte) e África Negra (ao sul) é imprecisa e carregada de perspectivas eurocêntricas ou asiocêntricas. Nesse modelo interpretativo, o Norte de África





por ter sido invadido ou colonizado desde o século VIII por árabes e muçumanos teria se tornando proeminentemente branco. Esse modelo, entretanto, não consegue explicar, por exemplo, como a Nigéria e o Sudão que são dois países que abrigam o maior contingente populacional epidermicamente negro do planeta estão localizados justamente ao norte, além de serem majoritariamente africanos islamizados. Ou mesmo explicar o grande contingente epidermicamente mais claro (em relação à nigerianos e sudaneses) que se localizam ao Centro-Sul da África, como bosquímanos e africâners.

Essa forma de divisão dual (África Branca x África Negra) encerrava uma perspectiva ideológica de dominação. Ora se defendia que o norte africano, por ser islamizado, seria “mais desenvolvido” que a África sub-saariana (África Negra), ora defendia que, por ter abrigado grandes civilizações (egípcias e axunitas, por exemplo) ou enclaves políticos e econômicos como Alexandria ou Cartago não faria parte da “África propriamente dita”. Esse viés histórico-geográfico sobre a África apresentado pelo Filósofo iluminista alemão Friedrich Hegel, no século XIX serviu não só para a dominação colonial na África como para a difusão de idéias preconceituosas e discriminatórias sobre o continente. Idéias essas que estão presentes nos livros didáticos até os dias de hoje. Em seu Curso sobre a Filosofia da História, publicado em 1830, Hegel afirma que

A África não é uma parte histórica do mundo. Não tem movimentos, progressos a mostrar, movimentos históricos próprios dela. Quer isso dizer que a sua parte setentrional pertence ao mundo europeu ou asiático. Aquilo que entendemos precisamente pela África é o espírito a-histórico, o espírito não desenvolvido, ainda envolto em condições de natural e que deve ser aqui apresentado apenas como no limiar da história do mundo. (Hegel apud Ki-Zerbo 1999, p.10).

Assim, na perspectiva hegeliana, o Norte da África (também denominada África mediterrânica, ou África Branca) não se constituiria como parte da geografia do continente africano e sim de um “mundo mediterrânico, posto se aproximar muito mais da Europa e da Ásia que da África em si”. O mesmo viés interpretativo apresentou essa “África propriamente dita”, ou seja, a África Negra (ou sub-saariana) como “tribal, animista e atrasada”, posto que estivera impedida pelo deserto do Saara de manter contato com as “civilizações adiantadas”. Logo, segundo Hegel, essa parte do continente deveria ser deixada de lado, por não fazer parte da História da Humanidade.

A África propriamente dita é a parte característica desse continente. Começamos pela consideração desse continente, porque em seguida podemos deixá-lo de lado, por assim dizer. Não tem interesse histórico próprio, senão o de que os homens vivem ali na barbárie e na selvageria, sem fornecer nenhum elemento à civilização. Por mais que retrocedamos na história, acharemos que a África está sempre fechada no contato com o resto do mundo, é um Eldorado recolhido em si mesmo, é o país criança, envolvido na escuridão da noite, aquém da luz da história consciente [...] Nesta parte principal da África, não pode haver história. (Hegel apud Hernandez, 2005, p.20)

Para fugir a esses esquematismos desenvolvimentistas, teleológicos e etnocêntricos, no presente estudo, optou-se por dividir o continente africano em cinco grandes regiões geográficas e geométricas, a saber: África Central, África Austral (ao sul), África Oriental (a leste) África Ocidental (a oeste) e África Setentrional (ao norte). Vale ressaltar que essa configuração não foi arbitrária, ao se considerar as possibilidades dinâmicas e relativizadoras que tal divisão acolhe.

Para compreendermos melhor esta divisão, vejamos como o mapa atual da África chegou ao que hoje conhecemos:

O ano de 1870, foi considerado o marco da implantação da política imperialista da Europa na África, que teria como consequência imediata a sua partilha. A Conferência Geográfica Internacional convocada pelo Rei da Bélgica, Leopoldo II, em Bruxelas, em 12 de setembro de 1876, da qual participaram além da Bélgica, Alemanha, Áustria-Hungria, França, Inglaterra e Rússia, determinou uma exploração metódica, real e eficiente do solo africano, por meio de pesquisadores e homens empreendedores, deixando o mapa do continente africano completamente modificado. (Ver mapa evolução política em Anexo)

Já a Conferência de Berlim, na Alemanha, convocada por Bismark, durou de 15 de novembro de 1884 a



26 de fevereiro de 1885, foi o momento em que as Potências Europeias dividiram entre si o território Africano, ignorando por completo o destino de cerca de 30 milhões de vidas habitando em inúmeras nações. Em 1920, as colônias africanas já tinham sido praticamente todas mapeadas.

Vítima de um passado histórico de colonização, a Segunda Guerra Mundial, proporcionou o despertar da África, marcando o início dos processos de descolonização. A primeira fase da descolonização aconteceu com a Conferência de Brazaville de 1944, na qual se reuniram todos os governadores das Colônias francesas para estudarem e discutirem as reformas das instituições tradicionais.

Os primeiros países a se tornarem independentes durante a década de 50 foram:

Reino da Líbia - 24 de dezembro de 1951; República do Sudão - 1º de janeiro de 1956; Reino do Marrocos - 02 de março de 1956; República da Tunísia - 20 de março de 1956; República de Gana - 06 de março de 1957 e a República da Guiné - 02 de outubro de 1958.

Durante a década de 60, os seguintes países conquistaram suas independências:

Camarões (1960); Togo (1960); Madagascar (1960); Congo (Zaire, 1960); Somália (1960); Daomé (1960); Burkina Faso (1960); Costa do Marfim (1960); Chade (1960); República Centro-Africana (1960); Congo-Brazaville (1960); Gabão (1960); Senegal (1960); Mali (1960); Nigéria (1960); Mauritânia (1960); Serra Leoa (1961); Tanzânia (1961); Burundi (1962); Ruanda (1962); Argélia (1962); Uganda (1962); Quênia (1963); Malawi (1964); Zâmbia (1964); Gâmbia (1965); Botsuana (1966) e Lesoto (1966).

Angola e Moçambique só conseguiram suas independências nos anos 70, depois de revoluções sangrentas contra Portugal, lideradas pela MPLA (Movimento Popular de libertação de Angola), de linha sino-cubana de Agostinho Neto, que veio a ser Presidente e Mário Pinto de Andrade; a UPA (União dos Povos de Angola), de Holden Roberto e a UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola), dirigida até hoje por Jonas Savimbi. Em Moçambique surgiram a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) de Eduardo Mondlane, Uria Simango, Marcelino Santos e Samora Machel, que mais tarde foi Presidente. O outro grupo era a COREMO de Paulo Gumane.

História da África Uma Possível Introdução

Ao debruçarmo-nos sobre o estudo da história do continente africano encontramos uma primeira dificuldade: a falta de uma base única de análise, um sustentáculo que imprima sentido à trama narrativa. A dificuldade surge não apenas do conteúdo ou da natureza das fontes que em suas especificidades guardam uma desconcertante riqueza. A dificuldade deriva de nosso ímpeto generalizante, nosso próprio modus operandi herdado da tradição historiográfica europeia.

Quando levamos em consideração a história do continente europeu, por mais variados que sejam os povos, as etnias, as organizações estatais que compõem seu caleidoscópio populacional, sempre há uma tentativa de forjar uma unidade, desconsiderando sua diversidade. Esse tipo de “esforço”, de uniformizar o diverso, data ainda da construção do Império Romano, que pôde ver sua empreitada realizar-se com o advento do cristianismo. Por quê? Ora, vejamos: o cristianismo tem sua base lógica fundada em uma ideal universalista. E o ideal universalista tem, por sua vez, como pressuposto básico o encobrimento da diversidade. Assim, os diversos povos que cohabitavam o então Império Romano foram englobados no ideal cristão-universalista e denominados ora de bárbaros, ora de pagãos, ora de hereges.

O feudalismo seguindo a continuidade histórica do Império Romano foi a temporalidade histórica na qual se viu sedimentar os pilares da idéia de civilização Ocidental. Assim, tudo que se apresentasse na forma de palavra não-escrita, de fé (não-monoteísta), de família, de clã era considerado inferior e atrasado, posto ser típico dos que não tinham civilização, dos bárbaros, dos selvagens.



Hoje, vemos ainda os ecos desse discurso. Os que não estão no centro do mundo ocidental são denominados não mais como bárbaros, mas como sub-desenvolvidos, atrasados, terceiro-mundistas ou, em uma versão mais suave, de “emergentes”.

Assim, o discurso universalista predomina no nosso dia-a-dia. Muitas vezes, ou quase sempre, somos nós mesmos que apontamos “o outro” como atrasados, sub-desenvolvidos, selvagens, etc... posto que em nossa visão somos, pelo menos, “um pouco mais civilizados” que o “outro”, comumente identificado com o caipira, com o índio, com o africano.

A propagação da idéia de civilização (entendida como escrita, leis e fé monoteísta) não se deu por acaso. Antes sim, tinha seus pressupostos assentados em um projeto de poder. Ora, todo projeto para ser realizado deve conter um plano de ação. Uma das eficazes estratégias constituintes do “plano de poder ocidental” foi a escrita da história. Assim, aqueles que dominavam essa forma poderosa de narrativa, passaram a escrever a história “dos outros” de forma a que se ajustasse aos seus propósitos de poder.

Daí vemos nos livros didáticos a idéia que apenas a Europa abrigaria as verdadeiras civilizações (Grécia, Roma, França, Inglaterra, Alemanha, etc.). Os demais continentes teriam apenas um esboço de civilização. Seguindo essa lógica, no continente americano, por exemplo, encontravam-se maias, incas e astecas. No oriente, a China. No mediterrâneo, o Egito.

Entretanto, na concepção européia, esses não eram povos civilizados em sua totalidade, posto que lhes faltavam um ou outro elemento constituinte importante da trinômio fundante de civilização. Dessa forma, maias, incas, astecas, egípcios e chineses por serem todos politeístas e alguns desses ágrafos não poderiam ser considerados como civilizados absolutos. O modelo mais acabado do civilizado caberia unicamente ao europeu. Entretanto, todo aquele que aderisse a esse trinômio poderia ser elevado à categoria de civilizado, bastaria se subalternizar.

Então, por estarmos imbuídos desse modelo civilizatório, quando olhamos para o continente africano tendemos a buscar um modelo histórico que se encaixe na forma universalista de ver o mundo. Daí nossa dificuldade de encontrar uma forma fácil para explicar e compreender a diversidade.

A história se apresentava relativamente segura de si até a primeira metade do século passado, poderíamos dizer, “fácil” de ser apreendida a partir do modelo eurocêntrico. Hierarquizando visões de mundo em função de sua própria, esta forma de escrita da história trabalhava criando uma dicotomia simplista: àquelas populações que de algum modo haviam se “desenvolvido” no sentido de formar grandes civilizações eram consideradas dignas de serem estudadas pela História. Às populações que não tinham “atingido” tal estágio de realização eram denominadas de “culturas”. Essas últimas, dada sua realidade estrutural “primitiva” imutável, ou seja, destituída de história caberiam aos antropólogos estudarem. Podemos dizer que, excetuando-se o Egito, a África estaria assim pontuada de “culturas”. E como culturas, tais populações não se prestavam à produção de narrativas históricas.

Ou seja, além de todos os problemas relacionados à diversidade de fontes, temos também o problema da metodologia que ainda está em aberto. O tratamento devido às diversas formas de fontes de que dispomos e que certamente, por sua natureza heterodoxa, teriam tirado o sono dos historiadores positivistas suscitará ainda muita discussão, e porque não dizer, rios de tinta.

A situação é delicada e faz com que não só historiadores brasileiros no âmbito da lei 10.639/2003 vejam engalfinhados nesta batalha teórico-metodológica em busca de um “sentido unificador” ou algo que lhe seja análogo. Um exemplo aparece no livro “Um Estudo Crítico da História” de Hélio Jaguaribe (2002). No capítulo referente à história da África encontrado no segundo volume da obra, de autoria de Joseph Ki-Zerbo, podemos ler as seguintes palavras:

A solidariedade africana é uma característica social que até mesmo o observador menos perceptivo não pode deixar de reconhecer. Esse sentimento solidário, que se manifesta especialmente em benefício dos mais fracos (crianças, os velhos e os doentes), persiste até hoje, a despeito da erosão implacável a que o tem sujeitado o crescente individualismo. (2002)

Estas palavras testemunham a tentativa de fornecer uma base de unidade às populações africanas que atuariam, ainda segundo Ki-Zerbo, de duas formas possíveis sobre “a marcha da civilização no continente africano”:

Em termos negativos, é possível sustentar que ela inibe o esforço pessoal, consome poupança, evita a acumulação e o investimento; encoraja a preguiça e desestimula o empenho



Produtivo. Além disso, sob a propriedade comunitária o espírito da responsabilidade individual desaparece no anonimato. Portanto, como estilo de vida a solidariedade pode ter prejudicado os métodos de produção, que permaneceram “congelados” em um estágio determinado por centenas ou mesmo milhares de anos. (2002)

Ou, positivamente na medida em que

Essa solidariedade não existia apenas em épocas de crise, mas estava sempre presente na organização do trabalho, dos serviços, das cooperativas, festas, celebrações etc. Sem solidariedade haveria o caos ou a exclusão. (...) poderíamos perguntar se não deveria ser preservada [a solidariedade] não apenas como um vestígio da época anterior à colonização, mas como um dos elementos de configuração pós-moderna. (2002)

Em que se pese toda a contribuição de Ki-Zerbo para a história da África, sabemos por experiência histórica própria, que explicações que tentam generalizar por intermédio de análises do caráter do gênio de um povo, servem mais para obscurecer a complexidade das relações sócio-históricas do que para torná-las inteligíveis. Temos como exemplo máximo o mito de nossa pretensa “democracia racial” que serviu e em alguns meios ainda serve para sustentar a falsa idéia da inexistência do racismo no Brasil.

Mas, por mais equívocas que possam parecer somente por meio de generalizações poderemos nos aproximar, ao menos como historiadores de ofício, da complexa história da África. Esta é a nossa maneira de fazer, por mais restrita que agora ela nos apareça. Quantos manuais de história da África que, ao abrir mão das generalizações, nos parecem coletâneas de pequenas descrições desconexas de populações tão distintas como o são, por exemplo, brasileiros e argentinos postas lado-a-lado como se o simples fato de serem negros garantisse a homogeneidade que imprime sentido às obras historiográficas.

O que nos compete nesse curso de extensão é auxiliar os professores do Sistema Básico de Ensino, que começam o estudo do continente africano, a “quebrem o protocolo” caso queiram vislumbrar a dinâmica própria da historicidade africana e afro-americana. Estas não seguem a lógica cartesiana, nem concebem um mundo baseado na organização positiva. A história enquanto disciplina, entretanto, foi gerada no universo colonialista, no qual foi introjetada a idéia da globalidade deste cartesianismo na constituição de qualquer organização humana. Não negamos que as sociedades africanas não possuem um fundamento lógico, materialista, se preferirem; contestamos que esta mesma lógica tenha que comparecer tal qual no modelo hegemônico ocidental.

Assim o fizemos ao lançar mão de temas religiosos como um dos eixos para produção deste estudo. A África se faz presente de diversas formas nas histórias dos povos que receberam contingentes de seus homens durante a marcha de determinação da superioridade européia. Esta presença é ainda mais significativa no que concerne às vivências religiosas por eles desenvolvidas ao longo dos séculos antes da diáspora.

Dessa forma concebemos ser possível, como primeira aproximação da intrincada história da África, elaborar um modelo que, ainda não possuindo o caráter generalizante do cristianismo para uma Europa medieval mesmo porque após o que foi exposto partimos da idéia de que tal “sentido” não existe por si mesmo, devendo ser construído, sirva-nos como uma base para lançar-nos aos estudos de povos e comunidades específicas.

Baseando-nos em estudos arqueológicos e lingüísticos, além das análises efetuadas nas diversas cosmogonias que dão conta da espiritualidade, cerceamos três temas que acreditamos prestarem ao papel agregador que facilite nossa entrada no continente africano, são eles:

- O caráter endógeno da agricultura e da metalurgia;





- Os fluxos de povoamento, em especial dos povos bantos;
- Os símbolos da espiritualidade;

Não entraremos aqui nas minúcias referentes à gênese da espécie humana e sua posterior disseminação, como fazem os demais escritos relacionados à história da África. Basta para este estudo o fato corroborado por pesquisas genéticas e lingüísticas de que o homem moderno teria se desenvolvido em África, numa área relativamente circunscrita; depois ter-se-ia propagado rapidamente a partir deste ponto para invadir o resto do continente e depois o mundo em sua totalidade, substituindo nessa ocasião as outras populações humanas preexistentes. (G. Lucote, 1995, p. 21)

O momento que nos interessa não pode ser precisado temporalmente, entretanto, pode ser deduzido em aproximação. Assentamos nossa atenção na transformação gradual e não uniforme dos processos de “apropriação” para o de “produção”. Quando o homem, movido por circunstâncias diversas e já portando uma bagagem cultural expressiva, transita de um cotidiano de caçador-coletor para um modo de vida do qual produzirá seu sustento. Devemos, de antemão, nos precaver de enxergar nesse processo uma “revolução”, ao menos no seu caráter de rompimento, pois os diversos modos de se produzir se interpenetraram com as antigas formas de vida ainda presentes nos símbolos que davam coesão à malha social, além dos distintos produtos trabalhados por meio das novas técnicas.

Se seguíssemos a lógica das teses “difusionistas”, um dos mitos “científicos” mais danosos para uma história efetiva da África, teríamos um continente estacionado num estágio paleolítico ou mesolítico, esperando o surgimento dos grandes Estados que, cerceando a região nordeste do continente, contribuiriam para repassar conhecimentos referentes às técnicas de produção que seriam posteriormente difundidas a partir do Egito e da Abissínia ao resto das populações negro-africanas. Como veremos adiante, realmente houve uma troca de conhecimentos, estes, contudo, não foram determinantes no desenvolvimento das técnicas por parte de populações autóctones. Está hoje assente que o processo foi endógeno, tanto no que se refere ao aparecimento da agricultura como no que diz respeito à transformação dos metais. (M'Bokolo, 2003)

Tomaremos como base a argumentação de Elikia M'Bokolo e Ki-Zerbo para apresentarmos a discussão acerca das questões acima enumeradas. Será M'Bokolo que nos apresentará em seu livro “África Negra História e Civilizações” os resultados das pesquisas dos pioneiros N. I. Vavilov e Roland Portères que redefiniram a visão sobre a origem e a evolução das plantas cultivadas no continente. Segundo os autores os ecossistemas africanos se constituíram entre 12000 e 3000 anos, dando ao continente uma configuração propícia ao desenvolvimento e à experimentação das técnicas agrícolas. Entre os diversos nichos desenvolvidos a partir da diversidade desses ecossistemas, alguns, na ótica dos estudiosos, possuíam condições ótimas ao advento da agricultura: altas terras herbáceas da África oriental, e zonas de contato entre floresta e savana em particular. Aproximadamente 9000 a.e.c (antes da era comum) se desenvolveram formas de coleta intensiva que iriam levar à cultura propriamente dita. Quanto a isso só podemos especular, lançar hipóteses de como inventariam-descobririam, os homens da época, o modo de subsistência que transformaria para sempre suas vidas.

A questão é que com o modelo de Valivov, puderam-se precisar vários “nichos” onde a experimentação com as mais diversas espécies foram, possivelmente, realizadas. É M'Bokolo(2003) que nos apresenta uma síntese:

- Um centro oeste africano, dominado pelo arroz africano, os sorgos derivados do sorghum arundinaceum, milhos penicilares e milhos digitários, assim como plantas de tubérculos e oleaginosas, podendo este centro ser subdividido num setor tropical e num setor sub-equatorial;
- Um centro leste africano, domínio de outros sorgos resultantes da espécie sorghum verticilliflorum, de alguns milhos painços e de milhos penicilares, do gergelim;
- Um centro abissínio, possuindo plantas específicas (cafeeiro, encete ou bananeira da Abissínia, tef) além das espécies bravas de sorgo (sorghum aethiopicum) e de milho painço e servindo de corredor de penetração às plantas vindas da Ásia tropical. A presença aqui de certas espécies vegetais idênticas às do centro do Médio Oriente (trigos, centeios, algumas leguminosas) deve talvez mais à similitude dos ambientes do que a autênticos empréstimos;



- Um centro mediterrânico, ligado ao Médio Oriente (trigos, centeios...) ao mesmo tempo que possui as suas próprias espécies vegetais (oliveira, arganier...) e cujas relações com a África subsaariana parecem de agora em diante, neste domínio, menos intensas do que aquilo que se tinha afirmado durante muito tempo. (M'Bokolo, 2003)

Nestes nichos, Roland Portères identifica “berços agrícolas primários” que, em sua dinâmica específica, levou os novos agricultores a “comer a floresta”(G. Condominas) acelerando o processo de savanização.

Por conseqüência se, devido a mutações climáticas, as savanas foram primeiro um “meio natural” ao qual os homens se adaptaram pela prática da agricultura, os mesmos motivos levaram-nos em seguida a transformar uma parte da floresta em savana para adaptar o “meio natural” ao seu modo de vida e às suas necessidades. (M'Bokolo, 2003)

Apesar da imprecisão das teses “difusionistas”, sabemos que houve sim uma certa relação entre África e Ásia no que concerne às espécies vegetais. A África deu a Ásia variedades de sorgos. A Ásia, por sua vez contribuiu com a bananeira, o grande inhame, o taro e a cana-de-açúcar. Além disso, os animais domésticos que não constavam na fauna nativa africana, tais como: caprinos, ovinos e talvez bovinos, vieram com certeza de terras asiáticas, via vale do Nilo.

Segundo Ki-Zerbo,

O ferro não é apenas um metal ordinário, mas tem uma importância histórica e mesmo cultural. (...) Os ferreiros pertenciam a castas que eram ao mesmo tempo desprezadas e temidas, porque intervínham em circunstâncias relacionadas com a vida e o sangue das pessoas (Ki-Zerbo, apud JAGUARIBE, 2002)

Como mais uma das técnicas falsamente atribuídas a empréstimos culturais, o conhecimento da metalurgia tem uma história também endógena à África. Os estudos clássicos viam nos Hicsos, povo que invadiu o Egito entre 1670 a. e. c. a 1570 a. e. c., os doadores das técnicas de manuseio do ferro. Segundo os mais atuais estudos sobre a questão, no período dos começos, a metalurgia do ferro foi provavelmente o fato de pequenas comunidades camponesas, muito antes da constituição de Estados (M'Bokolo, 2003).

É interessante notar que em África, a origem e a eclosão da metalurgia do ferro prescindiu de uma idade do bronze. Passou-se assim diretamente da idade da pedra para a do ferro. Claro, como toda boa regra predica exceções, encontramos algumas localidades onde arqueólogos descobriram o uso de outros metais em tempos bem recuados:

- Núbia: bronze mais difundido que o ferro até cerca do século IV a. e. c.
- Akjut: cobre e ferro explorados conjuntamente a partir do século V a. e. C.
- Níger: cobre a partir do II milênio a. e. C.

Quanto aos sítios de ferro, os mais antigos seriam:

- Nok, no planalto de Jos, Nigéria: século V a. e. c.
- Ténéré, Níger: II milênio a. e. c.
- Taruga, Nigéria e sítios Rwandeses e Burundeses: Séculos IX e VII a. e. C.





As perspectivas atuais vão ao sentido de que surgirão datas mais antigas que farão recuar ainda mais o uso do ferro.

As datações dos sítios arqueológicos nas Áfricas central, ocidental e oriental não são tão diferentes. Este fato nos dá a impressão de que foi improvável um centro de dispersão da técnica, sendo mais coerente com o quadro atual que a metalurgia do ferro e todas as inovações sociais e políticas que lhe estão associadas foram obra de populações locais que compartilhavam de condições organizacionais homólogas. É fato não serem necessárias temperaturas muito altas para fundir o mineral de ferro, algumas técnicas de aquecimento de cerâmica poderiam, casualmente no início e, posteriormente intencionalmente, ter servido para as primeiras experiências.

A repartição e a datação dos outros sítios da metalurgia do ferro na África oriental e austral indicam de maneira deveras nítida uma extensão muito rápida das novas técnicas: em menos de dois séculos, dos séculos II ao IV, foi sobre mais de 2000km do Quênia e da Tanzânia, até Natal, Transvaal e Botswana que se espalharam as técnicas e os gêneros de vida associados à metalurgia do ferro. Neste vasto espaço, os utensílios de ferro substituíram muito rapidamente os utensílios de pedra talhada. (M'Bokolo, 2003)

Quanto aos fluxos de povoamento, determiná-los é uma das tarefas mais difíceis, pois as populações de outrora não deixavam necessariamente marcas de sua passagem. É preciso que algumas técnicas de construção das habitações e feitura de instrumentos tenham começado a utilizar materiais que, modelados pelo engenho humano, resistam à passagem dos séculos para que nossa atual arqueologia possa rastreá-los. Assim, materialmente falando, podemos pouco mais do que conjecturar nessa área. Já detemos, todavia, um conhecimento derivado de diversas abordagens disciplinares que nos dão conta de múltiplas organizações políticas que se formaram entre os séculos VII e XV. Este florescimento político se deu num campo onde diversas ondas populacionais, detendo a cultura dos Estados, pôs-se em marcha animando populações locais que poderiam ou não aceitar a centralização política. A questão é que tais populações estavam lá.

Se atentarmos para o fato da África ter sido o local onde surgiu o homem moderno (em termos genéticos), considerando também as múltiplas culturas que se aclopam aos mais variados ambientes naturais ainda no período da pedra; teremos, assim, um quadro que, se não dá-nos a certeza de um continente uniforme e densamente povoado, ao menos nos garante que boa parte das populações que receberiam influências mútuas já se encontrava dispersas, mesmo que em pequenos contingentes, caçando em vastas savanas, bebendo dos frescos riachos nas margens das florestas buscando, sejam nos montes ou no coração das matas, os locais mais favoráveis à manutenção da vida nos milênios anteriores a era comum.

Distintas disciplinas vêm já trabalhando na constituição desta história. Uma que se mostrou fértil foi a lingüística, considerando suas limitações dada a natureza fluída de seu objeto de estudo. Os estudos nessa área deram-nos a conhecer que todas as línguas faladas em África, excetuando o árabe e seus derivados, tiveram origem endógena. Foi sobre as línguas bantas (de muntu, plural bantu: o homem, os homens) que o trabalho foi mais intenso e se revelou particularmente produtivo.

Pode assim ser estabelecido que as afinidades entre as línguas bantas atuais eram de origem genética e que todas procediam, segundo uma história extremamente complexa, de uma língua ancestral comum cujo centro está localizado no que hoje é o limite noroeste da área bantufone; numa zona correspondendo à Nigéria oriental e aos Camarões, com o vale do Benué como eixo. O que se passou a partir deste centro depende ainda muito do domínio da hipótese: se é possível reconstruir a genealogia das línguas e, a partir das línguas e do “vocabulário das instituições”, construir formalmente os sistemas de pensamento e as formas de organização social e política, nada nos informa a respeito dos homens que teriam efetivamente falado estas línguas, elaborado estas instituições e relações sociais. Além disso, as fronteiras entre as línguas e os grupos lingüísticos bantas estão longe de corresponder sempre às fronteiras reconhecidas entre os estilos de cerâmica, os modos de inumação e os outros dados da história da técnicas e da história das práticas culturais. (M'Bokolo, 2003)



Assim, segundo as descrições de M'Bokolo, podemos conceber o seguinte mapa:



(Mapa: Marcos Paulo de Melo Ramos 2008 Fonte: M'Bokolo, Elikia [2003])

- 1- Região da língua ancestral comum (de 3000 a 1000 a. e. c.)
Dispersão iniciada a volta de 3000 a. e. c. Primeira clivagem:
- 2- Banta Oriental
- 3- Banta Ocidental
A língua Banta Oriental em contato com outras populações também autóctones irá adotar a metalurgia do ferro, criação de gado grosso e do carneiro, culturas de cereais.
- 4- Estas populações prosseguem seu deslocamento e após uma maturação local mais ou menos demorada dão origem a um centro de dispersão secundária no sudoeste congolês.
- 5- Deste centro secundário partiram duas vagas de povoamento que iriam se encontrar com as duas primeiras grandes correntes de povos bantófonos.
- 6- Trocas culturais com o grupo Ocidental, talvez introduzindo nesta o conhecimento da metalurgia do ferro. Deste encontro partirá:
- 7- Movimento de povoamento de Angola, Namíbia e de uma parte da África Austral a partir de fins do primeiro século.
- 8- Dispersão secundária que irá mesclar-se a vaga Oriental. Originará as culturas que,
- 9- A partir da região dos Grandes Lagos povoará a totalidade da África Oriental e uma parte da África Austral a partir mais ou menos do século IV.

Nei Lopes, em seu livro “Kitábu o Livro do Saber e do Espírito Negro-africanos” (2005), efetivou uma feliz sistematização, dividida em duas partes, dos conhecimentos simbólicos referentes às religiões e religiosidades africanas. Na primeira, tentou reaver alguns elementos das formas de conceber o homem e o mundo em África, na segunda, estuda o “novo legado” destas metafísicas em transformação na diáspora. Será nesta obra que iremos nos basear ao realizarmos algumas considerações referentes à espiritualidade dos povos africanos.

Primeiramente, é importante reforçar a advertência já feita no início deste texto: em se tratando dos conhecimentos negro-africanos, toda aparência de unidade decorre mais de nosso esforço generalizante para sistematizar e tornar inteligível o conhecimento, ao nosso modo de fazer, do que dos fundamentos destes mesmos



O autor irá realizar uma síntese da religiosidade negro-africana logo na introdução da obra. Intitulada Mooyo, nela estarão contidos os princípios básicos que governavam a cosmovisão da maioria dos povos que floresceram no período que vai dos séculos VII a XV da era comum. Ele argumenta que,

Entre os povos pertencentes ao grande complexo cultural congo [bantos, em sua maioria] que compreende mais do que os povos no Brasil conhecidos como congos, mooyo é a palavra que significa “vida”, “energia vital”. (...) Construtores, também, de uma civilização avançada, os povos do complexo congo constituíram, pelo volume imigrado e por sua anterioridade, o grande arcabouço da influência cultural africana nas Américas. (Nei Lopes, 2005)

Segundo Nei Lopes aqueles concebiam um duplo universo: um visível, morada dos homens, outro, invisível, reino dos espíritos, que se sobrepunham. As relações entre estas duas realidades eram mantidas em equilíbrio por forças que garantiam que tudo estava intimamente interligado. O homem seria, assim, o guardião do equilíbrio entre os dois mundos. A partir desta delicada malha de influências recíprocas, material e espiritual se congregam ao receber o indivíduo que, em linhas gerais, se insere num triplo mundo:

O primeiro é o mundo dos seres vivos, da natureza cósmica e dos fenômenos naturais. O segundo é o mundo dos valores que regem os processos espirituais e mentais do homem e sua comunidade. O terceiro é o dos poderes espirituais, inatingíveis e inexprimíveis. (Nei Lopes, 2005)

Neste mundo tripartite, no qual uma das dimensões não subsiste sem as demais, o homem se vê como um ser integrado. É interessante pensar que no período em que Da Vinci criava em Europa o Homem Vitruviano, um modelo no qual figurava o homem em suas proporções geométricas, este último contido num círculo que lhe distinguiu do meio sinal da noção de separação homem-natureza, e que mais tarde iria desdobrar-se na idéia, inspirada na mitologia cristã, de senhorio, de posse do homem sobre a natureza; na África, encontraremos viva a idéia de pertença visceral homem-natureza, não se desenvolvendo nas organizações africanas esse tradicional (quase) irreconciliável binômio de nossa cultura ocidental.

Quanto ao modo de conceber suas divindades, podemos, segundo Nei Lopes, encontrar uma certa concordância entre distintos povos ao reconhecer que:

O ser supremo é o criador de todos os seres e coisas. Mas Ele está muito distante do ser humano e só é acessível por meio de divindades secundárias [entram aqui os Orixás, Inquices e Voduns]. Essas divindades, intermediárias entre o ser humano e o Ser Supremo, desempenham funções protetoras especiais, ligadas aos vários aspectos da vida humana. (Nei Lopes, 2005)

Em seus panteões as populações negro-africanas irão reconhecer uma miríade de categorias de importância desde o Ser Supremo passando pelo próprio homem, até o reino mineral. Terão respaldo nessas categorias intermediárias os espíritos dos ancestrais, tanto os mortos ilustres quanto os lendários heróis civilizadores.

Tanto o Ser Supremo quanto as divindades, os antepassados e os seres humanos, enfim, tudo o que existe no Universo, interage em obediência a regras extremamente precisas por meio de sua respectiva força vital. (Nei Lopes, 2005)

Esta força vital é derivada diretamente do Ser Supremo que lhe foi o motor primeiro e pode ser reconhecido como seu mantenedor atual. Entretanto, ao se relacionar com determinado corpo, esta mesma força vital tomou contornos específicos que lhe garantem identidade singular podendo variar em intensidade. Segundo as espécies, espirituais, humanas, animais e minerais, desenvolveram hierarquias de potência e importância, sendo que alguns homens, espíritos ou animais podem possuir diferentes quantidades dessa força vital.



O elemento mais utilizado para representar essa força imaterial será o sangue. Daí o desenvolvimento de diversas formas de purificá-lo e fortalecê-lo. Podemos, também, a partir desta ancestralidade, compreender o porquê dos sacrifícios animais presentes nas cerimônias das religiões de matriz africana.

O intercâmbio de força vital entre o ser humano e o mundo invisível é conseguido por meio de oferendas e sacrifícios de animais. No sacrifício, libera-se e transmite-se a força vital concentrada no sangue. A força vital do animal sacrificado passa, por meio do sacrificador, à divindade e retorna desta ao ofertante. Com a partilha do animal sacrificado, em forma de alimento, a força vital também se reparte entre os membros da comunidade. (Nei Lopes, 2005)

Por fim, apresentamos a concepção religiosa da palavra nos sistemas negro-africanos. Tal qual o Ser Supremo foi o criador primordial por meio de sua vontade exposta na palavra, os sistemas negro-africanos entendem que o homem é depositário desse mesmo poder criativo, ainda que em menor escala. A palavra pode trazer a paz ou a guerra, abençoar ou amaldiçoar alguém. Como está recoberta desta numinosidade, ela é tida como sagrada e não deve ser usada com leviandade. Encontramos aqui o fundamentação da instituição dos Griôts, os guardiões da sabedoria expressa na tradição oral.

Segundo Nei Lopes, a transmissão oral do conhecimento é o veículo do poder e da força das palavras, que permanecem sem efeito em um texto escrito (Nei Lopes, 2005). Ou seja, a natureza ágrafa das sociedades africanas não se deu por uma incapacidade inata, ou deficiência lógico-racional. Estas sociedades escolheram, tendo como base de apreciação sua cosmogonia e metafísica, que para a manutenção da ordem social, a palavra escrita não seria interessante. Mesmo porque no ato de transcrever o conhecimento para os meios materiais de difusão (pergaminhos, papiros), este perderia seu potencial de falar diretamente à alma, ou ao espírito, da pessoa que o recebe.

A partir das informações anteriormente expostas, é possível ensaiar uma exposição do conteúdo. Certamente, encontraremos dificuldades ante a enormidade de informações relacionadas à África. Estas dificuldades, entretanto, existirão sempre que um tema novo se apresente diante de nós. É necessário nos lembrarmos que a lógica ocidentocartesiana não está apta a abarcar os temas ligados ao conteúdo da presente apostila. Isto porque a diversidade posta diante de nós, quando nos referimos à África, jamais será categorizada sem, com isso, tornar-se uma visão superficial, o que prejudica o conhecimento a respeito do referido continente. Este material, apesar de buscar novos meios para escapar do discurso cientificista tradicional por meio da utilização da cartografia histórica e da ênfase dada às religiões e religiosidades negro-africanas ainda contém conceitos e noções que não são capazes de atentar às especificidades das populações africanas. Representa, contudo, um primeiro passo, uma vez que reconhecer esta dificuldade consiste também em abrir espaço para discussões acerca dos limites conceituais que tornam ainda maiores os nossos desafios.





África pré-colonial

1. África Setentrional e Oriental

A África setentrional, também conhecida por Norte da África, localiza-se ao norte do deserto do Saara. Compõem a África setentrional os países de uma região cultural conhecida por Magreb, além do Egito e Sudão. O Magreb conglomerava seis países: Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia, Mauritânia e Saara Ocidental. Esse último é, até o presente momento, um país de jure. Isso significa dizer que ainda não é um país de facto posto que reclama o reconhecimento de sua legitimidade (como país independente do Marrocos) junto à organismos internacionais. Atualmente, o Saara Ocidental encontra-se sob protetorado da ONU. Conforme pode ser observado no mapa ao lado, acrescentou-se com menor destaque à região da África setentrional os atuais países Eritreia e Etiópia. Essa referência está justificada não pela posição geográfica que ocupa esse dois países em relação à região setentrional da África (no recorte geográfico, tanto a Eritreia quanto a Etiópia fazem parte da África oriental) e sim por englobar um área cultural, linguística e histórica que os aproxima de muitos povos da região setentrional da África. Quanto ao território da África Oriental, em termos da divisão geográfica atual, encontramos os seguintes países: Egito, Sudão, Eritreia, Djibuti, Etiópia, Somália, Uganda, Quênia, Ruanda, Burundi e Tanzânia.



Na África Setentrional convergem várias organizações políticas e sociais, dentre as quais a egípcia mais conhecida e estudada é sempre considerada como componente de grandes civilizações da antiguidade ocidental, com pouca ou nenhuma relação com o continente africano. Por essa razão, propõe-se considerar o Egito em sua relação com outras organizações políticas-culturais das regiões setentrional, oriental e ocidental do continente africano, centrando o foco nas relações que mantinham com antigos reinos que se localizavam nas atuais Etiópia e Eritreia. Em termos políticos atuais, a Etiópia e Eritreia não constituem parte do Norte da África, mas em termos históricos fazem parte de uma mesma configuração econômica, cultural e política. Daí o destaque nas representações cartográficas que acompanham esse tópico.

Esse recorte é absolutamente necessário quando se busca descentrar o olhar homogêneo e racista que vigorou nos compêndios sobre história da África desde a antiguidade. Esse olhar

homogeneizador foi responsável pela produção de uma série de topônimos (nome próprios de lugares) e de etnônimos (nomes de povos, comunidades políticas, etnias, etc...) que variaram conforme interesses geopolíticos, mas mantinham a mesma intencionalidade: nomear e definir para submeter. Ademais, conhecer tais topônimos e etnônimos torna-se importante para situar o aluno espacial e temporalmente no estudo da África. Portanto, deve-se lembrar que os primeiros relatos escritos sobre a África foram feitos por viajantes, Gregos e Árabes, sobretudo.

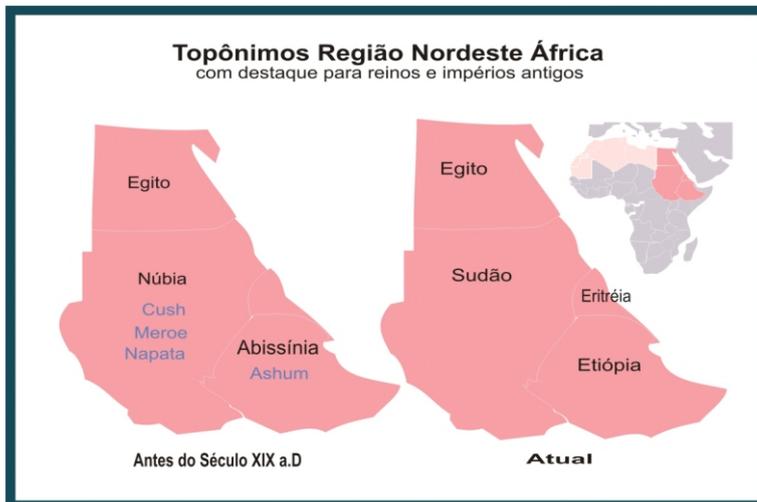
Aliás, enquanto, na África, os árabes foram grandes historiadores, os gregos foram grandes toponomistas (aqueles que deixaram registrados os nomes de lugares). Por isso, é comum grandes confusões entre povos, localizações e temporalidades.

Por exemplo, a denominação ethiop foi dada pelos gregos aos núbios e ashunitas. O termo referia-se aos 'homens de cara queimada' e não aos etíopes, da atual Etiópia. A atual Etiópia da antiguidade e até fins do século XIX foi conhecida pelo nome de Abissínia. A Núbia, por sua vez, era uma região do atual Sudão, o qual atualmente se localiza na parte nordeste da África e guarda pouca relação com o Antigo Sudão Central (outrora denominado de Nigricia por colonizadores europeus) - (ver mapa topônimos). A região da Núbia dividia-se em Núbia inferior e Superior e abrigou importantes reinos e cidades como Cush, Meróe e Napata. Os exemplos poderiam seguir indefinidamente.



O importante é que possamos, pelos menos, iniciar o desvelamento dessas inumeráveis denominações, além de nos localizarmos espacial e temporalmente nas Áfricas de todos os tempos.

1.1. Egito, Núbia (Kush, Méroe, Napata) e Abissínia (Ashum)



Mapa: Eliesse Scaramal

A formação populacional do Egito, da Núbia e Abissínia são tributárias de longos processos migratórios de povos agricultores que, no IV milênio a.C., os quais viviam na região do Saara. Nesse período, comumente conhecido por antiguidade (4.000 a.C a 3.500 a.C) o Saara não era um deserto e sim uma região propícia à agricultura, com rios pouco caudalosos e uma vegetação pouco exuberante, o que possibilitava pouco gasto de energia no trabalho, na busca de pastagem para animais domesticados e no de cultivo de vegetais.

O mesmo não ocorria com a região nilótica. Nesse mesmo período, essa região ainda não era atrativa para aquelas populações que até então habitavam o Saara, posto que o leito do rio Nilo transbordava em altos índices.

Ademais, o rio Nilo estava cercado por uma vegetação ciliar assaz exuberante.

Por volta no ano 3.500 a.C, segundo argumenta Ki-Zerbo (1972, p 79-80), essas populações diante das bruscas mudanças climáticas e geológicas que se processavam na região do Saara passaram a buscar lugares com abundância de água e vales férteis, fugindo do processo de desertificação que ocorria na região. Por conseguinte, com parte do processo de desertificação que alcançava também o Nilo, houve um aumento da aridez do solo e desgaste natural da abundante vegetação, o que permitiu a formação de aluviões extremamente férteis.

Passados alguns séculos de sucessivas migrações do Saara rumo à região nilótica, um grande contingente populacional estabeleceu-se ao longo das margens do Nilo, do Delta à sexta catarata. A população que se tornaria posteriormente Egito estabeleceu-se do Delta à 1ª catarata do Rio Nilo (norte) e da Núbia da 2ª à 6ª catarata (sul). Essas populações, agrupadas em dois pólos (Norte e Sul do Nilo) passaram a ponderar sobre formas organizacionais que melhor aprovasse e aproveitasse o excedente material produzido pela densa sociedade nascente.

Das formas organizacionais, no aspecto sócio-político, o Egito escolheu se organizar em um modelo hierarquizado e teocrático (Farão) com um corpo de apoio sacerdotal, assegurado por exércitos militares, escribas para ordenar e administrar os excedentes materiais, além de lavradores, literatos, construtores, arquitetos, médicos dentre outras tantas atividades que, com diferenças na forma, eram também desenvolvidas por tantas outras sociedades africanas à mesma época.

A população Núbia por sua vez, escolheu organizar-se em sociedades autocráticas, independentes e dinâmicas o que propiciou manter um alto grau de negociação e autonomia política, comercial e administrativa em relação à outros povos, inclusive com assírios e romanos.

Ki-Zerbo, em História da África Negra, comenta que perguntas simples têm o terrível efeito de desarmarem especialistas. É o que ocorre quanto se busca retomar tanto as relações entre os egípcios e outros povos no contexto africano, quanto no contexto asiático e europeu. A simples pergunta “eram os egípcios negros?” gerou além de muitos estudos em várias áreas do conhecimento humano muitas contendas. Por isso é importante ter em conta que vários dos estudiosos que tentaram retomar a cultura egípcia no contexto africano foram “acusados” de afro-cêntrismo. O caso mais conhecido é o do antropólogo, físico e egiptólogo senegalês Cheik Anta Diop.

Por outro lado, conforme reconhece o historiador Elikia M'Bokolo, “a questão das relações entre o Egito faraônico e a 'África Negra' é muito mais complicada do que pode parecer a princípio” (2003, p. 53). O autor afirma



que tal questão perdura por duzentos anos e se tornou um dos problemas mais tratados na historiografia africana, com contínuas polêmicas. Com certeza, tais desacordos são oriundos da histórica ilação entre raça, civilização e desenvolvimento.

Quanto à pergunta “eram os egípcios negros?” importa mais refletir sobre a mesma que respondê-la diretamente. Assim, podemos iniciar pelo tempo verbal. “‘Eram’ ou ‘são’ negros, os egípcios?”. De quais egípcios estamos tratando? Em quais épocas? Essas proposições trazem para a arena de discussão a dinamicidade histórica e social próprias dos seres humanos que, além de abrir possibilidades para a discussão identitária das relações étnico-raciais, permitem desconstruir a postura eurocêntrica que vigora nos manuais didáticos. Ademais, conforme anteriormente discutido, o conceito de ser negro deve ser contextualizado no âmbito das relações históricas e identitárias de um povo, e não apenas no viés biologicista ou racista que engloba o termo.

Entretanto, para se retomar a história do Egito nesse viés, faz-se importante, primeiramente, situá-lo em alguns marcos históricos, como por exemplo, retomar as dinastias por quais passou, além da forma comentada utilizada pelos historiadores para defini-lo tanto temporal quanto espacialmente. Assim sendo, o conteúdo que se segue tem o objetivo simples de rememorar esses marcos, posto se acreditar que tal propósito facilitará a compreensão do aluno sobre de quais egípcios estamos nos referindo.

1.2. Egito tempo e espaço

Conhecemos que a história Egípcia remonta à antiguidade, ou seja, no período de anos entre 4.000 a.C. a 3.500 a.C. Continuando nessa temporalidade, quatrocentos anos mais tarde, por volta do ano 3.100 a.C se inicia uma nova datação histórica do Egito Antigo, comumente dividida em três grandes periodizações.

- Antigo Império = da 1ª dinastia a 12ª dinastia (3.100 a.C. a 2.000 a.C)
- Médio Império = da 12ª dinastia à 18ª dinastia (2.000 a.C. a 1.580 a.C)
- Novo Império = da 19ª dinastia a 30ª dinastia (1.580 a.C a 1.100 a.C)

É importante reconhecer a não-fixidez dessas datas. Alguns egiptólogos divergem quanto à simplificação dessa periodização, acrescentando o período pré-dinástico (no qual estariam as duas primeiras dinastias, denominadas Tinitas), dois períodos intermediários, antes e depois do Médio Império, além de uma Época Baixa e vários períodos, dentre eles o ptolomaico e o romano (ver quadro cronológico/dinástico egípcio a seguir)

Entretanto, como não é objetivo entrar nessa querela, manteremos nosso propósito inicial: conhecer a sociedade egípcia em relação aos demais povos africanos, asiáticos e europeus. Dessa forma, optamos por reportar aqui, com alguns acréscimos, a referência temporal de Ki-zerbo na qual, em que pese a simplicidade, não exclui a eficácia para um simples estudo cartográfico e histórico do Egito Antigo.

Segundo Elikia M’Bokolo, as atuais informações que se dispõem sobre a Núbia são suficientes para fugir da querela que envolve o Egito. Conforme pôde-se conferir nos quadros anteriores, a Núbia encontrava-se localizada nos territórios ao sul do Egito os quais eram irrigados pelo Nilo. A região de Kush corresponde, grosso modo, ao vale médio do Nilo. Dessa forma, deve-se evitar as informações historiográficas que tem por ponto comum considerar a Núbia como um desdobramento do Egito.

Informações arqueológicas demonstram que o estado kushítico (IV milênio a.C) era contemporâneo dos faraonatos pré-dinástico. Objetos de cerâmica, marfim, peles, e cobre revelam, além de uma aproximação entre kushitas e egípcios, uma intensa rota comercial entre os dois estados. O registro sobre o reino (e o nome) de Kush datam dos princípios do II milênio e são encontrados em textos egípcios. Nesses textos são recorrentes as anotações de temor que os egípcios tinham dos kushitas. Esse temor que os egípcios nutriam pelos núbios kushitas não era de todo sem precedentes, posto que, além de várias tentativas os núbios conseguiram, posteriormente, efetivar uma dinastia núbica no Egito. Essa ficou conhecida como a XXV dinastia Etíope no Egito. Entretanto, é necessário ressaltar que os



núbios (kushitas, meroítas, etc) foram denominados, por historiadores gregos, de etíopes. Logo, não pode e não deve ser confundido o antigo etnônimo “etíope” com os atuais etíopes (da atual Etiópe) posto que os gregos referiam-se aos “núbios” do período antigo.

A partir da invasão e ocupação do Egito pelos hicsos, vindos da Ásia, foi possível obter informações mais precisas sobre o reino de Kush, da qual Elefantina marcava sua fronteira ao norte.

Datas aproximadas	Períodos dinásticos	Conceito de Dinastia: sucessão de soberanos de um domínio político e territorial que descendem de um mesmo tronco genealógico
3.100 a.C. à 2.000 a.C.	I à XII	A I e II dinastias egípcias são conhecidas por Dinastias Tinitas, posto que sua capital localizava-se em Tinis (Baixo Egito, ao Norte). Nessas dinastias destacam-se atuação dos Reis Escorpião e Narmer (outra forma comumente encontrada no nome de Narmer é Menés) esse último acumulava duas coras, a branca do Alto Egito e a vermelha, do Baixo Egito. A III dinastia, fundada por Menés, transferiu a capital de Tinis (Abidos) para Menfis, daí o nome de Dinastia Menfita, títulos dados também à IV e V dinastias. Na IV dinastia foram construídas as pirâmides de Quéops, Quéfren e Miquerinos. Até a V dinastia, o domínio territorial do Egito não ultrapassa a 1ª catarata do Nilo, porém, a partir dessa dinastia o Egito, já unificado, passou por um período que visava estender suas fronteiras. Com esse objetivo empreendeu várias tentativas de invasões ou explorações para o sul, (Assuã e à Núbia), para o oriente, (Monte Sinai) e para o ocidente (Líbia). Na VI dinastia, no reinado de Pepi II, houve uma descentralização do poder faraônico, com os nobres e nomarcas (chefes dos nomos) adquirindo mais imunidades e independência do Faraó. Nas XI e XII dinastias, a capital do Egito foi transferida de Heracleópolis para Tebas, daí o nome de Dinastias Tebanas com as quais houve uma restauração do poder central, dominação de parte da Núbia, estabelecimento de limites e fronteiras territoriais egípcias, intensificação das relações diplomáticas e comerciais. A XI dinastia foi fundada por Mentuhotep I. Na XII dinastia destacaram-se os reis Amenemés I, Sesóstris I e Amenemés III os quais colonizaram a Núbia. Esse período foi de grande evidência artística e econômica. Inovações arquitetônicas, fortalezas (sobretudo contra a Núbia), prataria, objetos e miniaturas em madeira e ourivesaria. Essa prosperidade chamou a invasão do Hicsos.
2.000 a.C. à 1.580 a.C.	XIII à XVIII	Os primeiros períodos do Médio império foram marcadas pelo declínio das dinastias e soberanias tebanas. Nesses primeiros séculos, a opulência do final do Antigo Império decaiu por ocorrência da invasão dos Hicsos, que ocorreu na XIV dinastia. Os Hicsos dominaram o Egito por cem anos (1670 a.C a 1570 a.C) e fundam a XVII dinastia. Tânis (ou Avaris), no delta do Nilo, nomeada a capital dos Hicsos é mundialmente conhecida por ser a cidade onde foi encontrada a Esfinge Alada de Tânis, de influência Síria. A esfinge alada de Tânis encontra-se hoje no museu no Louvre e não deve ser confundida com a Esfinge de Gizé, esculpida na rocha da cidade de mesmo nome, no delta do Nilo. Por falta de fontes, os egiptólogos denominam os primeiros séculos do Médio Império de “Período intermediários”, ou “séculos obscuros”, por marcar uma temporalidade com poucas fontes de informações. Entretanto, depois de um século de dominação dos Hicsos, na XVIII dinastia, o rei Ahmose I assumiu o comando do Egito e expulsou definitivamente os Hicsos. Inicia-se um período de muita prosperidade e se destacaram soberanos, tais como Tutmés I e III da XVIII, abrindo caminho para reinados importantes para a Economia do Egito e expandindo o império egípcio.
1.580 a 1.100 a.C.	XIX a XXX	As primeiras dinastias do Antigo império herdaram muito do conhecimento militarista dos Hicsos. Nos primeiros séculos do Antigo Império, os egípcios tornaram-se muito aguerridos, diminuindo suas pretensões pacifistas e isolacionistas. O exército se profissionalizou e ampliou a área de dominação egípcia da Núbia ao Eufrates. O Faraó Ikhnaton, que também levava os nomes de Akenaton ou Amenhotep IV, da XIX dinastia ficou bastante conhecido pela reforma religiosa que tentou implementar o primeiro credo monoteísta do Egito. O faraonato de Ramsés II, também da XIX dinastia, fundou importantes cidades e necrópoles tais como Karnaque, Lúxor, o Vale dos Reis e o santuário de Deir el Bahari. O poderio do Egito se alargou nesse período, tornando-se um estado eminentemente militar por dois séculos. Empreendeu batalhas com a Síria, Palestina, Arábia e Núbia. Com Ramsés XI, da XX dinastia, findou-se o antigo Império. A partir da XXI dinastia o Egito o Egito sobre com invasões de assírios, persas, líbios e núbios. Os assírios dominaram o Egito por oito anos, seguido pelo domínio líbio e núbio. A XXV dinastia o Egito foi Núbia.

2. África Ocidental

Os países que compõem a subdivisão da África Ocidental, atualmente: Mauritânia, Mali, Níger, Nigéria, Burkina Fasso, Senegal, Gâmbia, Guiné, Serra Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benin, Camarões, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, Gabão. Ao longo da história, diversos povos viveram nesta região, dentre eles os Haussás, Tapas, Ibos, Ijexás, etc.

Iniciaremos agora o estudo de vários povos que habitaram a Ocidental conhecida como Iorubalândia. A escolha pelo estudo destes povos se deve à sua significativa presença na diáspora africana para as Américas, e por sua influência na formação das religiões de matriz africana e afro-brasileiras



2.1. Populações do Delta do Níger (Os Yorubás)

Países	População	%	Idiomas
Benin	520.000	09%	Yoruba (Yariba, Yooba, Edo)
Nigéria	24.494.000	20%	Yoruba (Yariba, Yooba, Ede)



- Golfo da Guiné (Costa da Mina): nome que designava à época da escravidão, a região litorânea que se estende da Libéria, passando pela Costa do Marfim até o Gabão.
- O topônimo Costa da Mina se deveu ao Castelo de El Mina, localizado no atual território de Gana.
- Os Yorubás estão localizados na porção noroeste do continente africano abaixo do Saara ao sul; a sudoeste e sudeste da confluência do Rio Níger com o Benue.
- Os povos yorubanos eram essencialmente agricultores.

- Suas instituições familiares baseavam-se em laços e tradições familiares.
- Suas aldeias, habitadas por várias linhagens, tinham governantes escolhidos pela idade ou pela proximidade de parentesco com o grande ancestral comum.
- Um grupo pequeno dessas aldeias formava uma cidade-estado que era chefiada por um líder.
- Esse líder poderia receber títulos de diferentes nomenclaturas, conforme sua atribuição/função na sociedade, ou ainda conforme a cidade-estado a que estava ligado.
- Obá, Olu ou Alojá eram os títulos desses governantes.
- Cada governante era, em geral, o homem mais rico de sua comunidade. Controlava grande parte das instituições e, sobretudo regulava o mercado, o qual ficava em frente à sua casa, no centro da Aldeia principal.



2.2. Origens dos Yorubás



Busto revestido de coral rosa. Pertencente a um altar de um Obá, Nigéria.

Segundo as narrativas orais e historiográficas, a primeira cidade-estado yorubana fora Ifé (ou Ilê-Ifé). À Ifé se seguiram outras grandes cidades-estado como Oyó, Equiti, Ijexá, Ijebu, Savê (Sabê) e Ouidhá (Idah) Egbá e Ondô.

Os povos Haussás, costumam dizer que o povo de Ifé se originou de alguns descendentes de Canaã, da tribo de Nimrod, que teriam sido retirados da Arábia por um príncipe de nome Yaruba, o qual teria migrado para a África ocidental, deixando para trás seu povo.

Outros povos dizem que Odudua, o pai de todos aqueles que depois se chamaram iorubás, era filho de um rei árabe, e que, por resistir ao islã, teria sido expulso pelos fiéis muçulmanos. Segundo essa última narrativa, Odudua, atravessou o Saara, perseguido pelos inimigos, chegou ao Níger, com suas divindades e sua gente; e nas florestas da futura terra dos yorubás, fundara Ilê-Ifê. Contudo, essa genealogia parece ter nascido da confusão do nome Meca, a cidade santa dos muçulmanos, como o de Meko, uma cidade iorubana.

Outra narrativa, afirma que os primeiros habitantes de Ilê-Ifê vieram das terras dos Nupes ou das terras dos Haussás. A tradição yorubana (inclusive na diáspora americana) afirma que os yorubanos nasceram em Ifé. E não só eles, mas também a Terra e os primeiros seres humanos foram criados em Ifé o Umbigo do Mundo.

2.3. A criação do Mundo Mito Fundador de Ilê-Ifé

No início dos tempos, as divindades viviam no Orum (Céu), abaixo do qual havia apenas a imensidão das águas. Olorum, o Deus Supremo, senhor do Orum deu a Oxalá, o senhor das vestes brancas, uma sacola contendo uma porção de terra numa casca de caracol (igbi) e uma espécie de galinha de cinco dedos e ordenou que descesse e criasse a terra...

Uma das regras importantes era que todo o Orixá que se pusesse atravessar o portal do Orum deveria fazer uma oferenda a Exu, o guardião das cancelas e caminhos. Entretanto, como Oxalá estava preocupado em realizar urgentemente sua tarefa, não se preocupou em cumprir a regra e Exu, mesmo tendo percebido que Oxalá havia esquecido sua sacola com água, não o avisou. No caminho, Oxalá sentiu muita sede, mas não se deteve para tomar água nos riachos e lagos próximos ao Orum. Com a distância, essas fontes ficavam cada vez mais escassas e Oxalá aumentava sua sede, até um momento que não pôde mais resistir e enfiou seu cajado (opaxorô) em uma palmeira, da qual saiu vinho de palma. Oxalá bebeu o vinho de palma abundantemente, ficou embriagado e adormeceu.

Então, sua rival Oduá (outras versões falam em Odudua irmão e rival de Oxalá) roubou a sacola e usou o pó para criar o mundo antes de Oxalá acordar. Oxalá foi castigado com a proibição de usar produtos do dendezeiro e bebidas alcoólicas; mas, como consolação, recebeu uma argila para modelar os humanos. Mas, como não levou a sério a proibição, continuou bebendo e, nos dias em que se excedia, fazia as pessoas tortas ou mal cozidas. É por isso que os deformados e os albinos são filhos de Oxalá.

Oduá, após pegar a sacola de Oxalá tomou da porção de terra que estava em seu interior e lançou sobre a água. Depois colocou a galinha de cinco dedos em cima da terra. A galinha começou a ciscar a terra, espalhando-a em todas as direções, para muito longe, até o fim do mundo.

Depois, Oduá mandou o camaleão verificar se o solo era firme. Então, Oduá pisou no chão de Idio, local onde fez sua morada e onde hoje se localiza, em Ifé, seu bosque sagrado. Quando Oxalá despertou da embriaguez e descobriu que o trabalho já havia sido concluído, percebeu o quanto o vinho de palmeira era perigoso. Assim proibiu seus filhos que o bebessem para todo o sempre.



Representação de Oxalá na qualidade de Oxalufã.



2.4. As fontes e o tráfico

Ao longo do golfo da Guiné, do Gâmbia à atual República dos Camarões, se estende uma região úmida, coberta de florestas sobre a zona costeira do Oceano Atlântico cuja história antiga pela ausência de documentos continua bastante desconhecida. (ver mapa Populações do Delta do Níger)

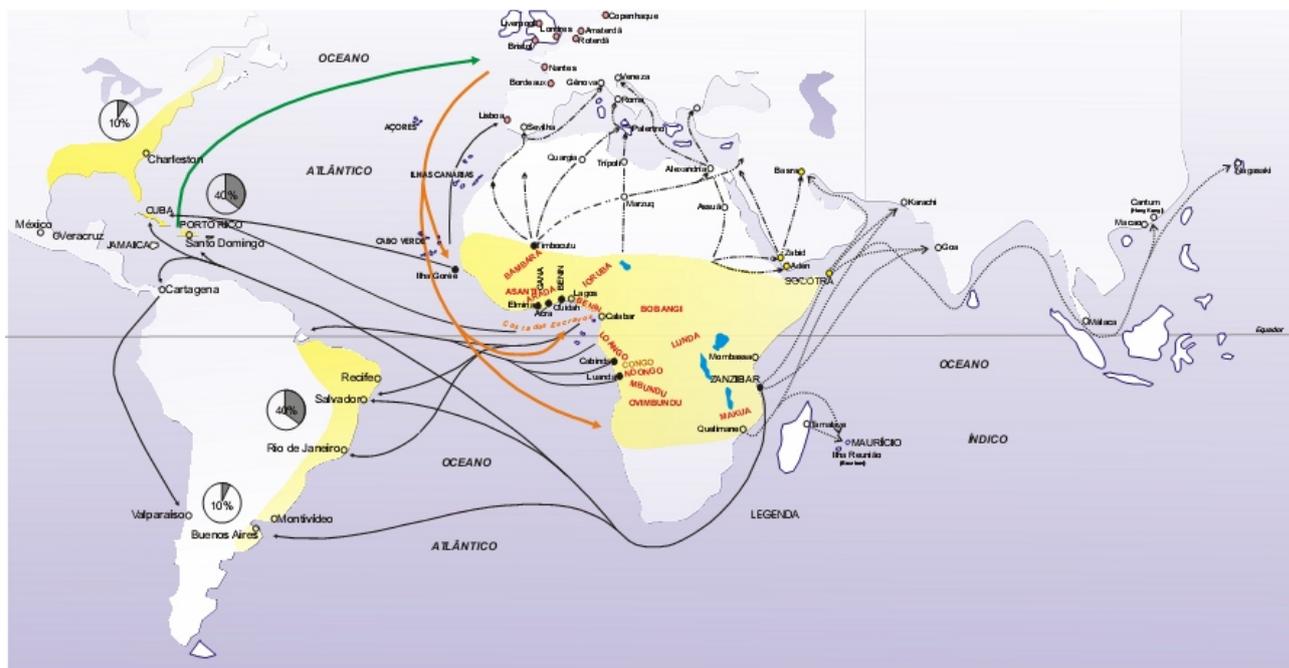
Os recursos naturais da região antes do ano de 1.500 eram os óleos de palma (Azeite de Dendê), o vinho da palma, o sal, a madeira da qual se retirava o material das casas e cortiças. A agricultura estava voltada para a produção de inhame, banana, arroz: após o século XV, com a chegada de portugueses, passou-se a produzir a mandioca e o milho. A mosca tse-tsé não permitia a criação de cabrito e carneiros para a produção de lã ou qualquer bovino de pequeno porte. O ferro era conhecido de longa data.

Os habitantes da região do atual Benin eram formados por uma população eminentemente negra. A paisagem dessa região era formada por imensas regiões desertas em certas partes da floresta e era freqüentada por mercadores sudaneses que comercializavam a noz de cola e o ouro. Esse metal era encontrado em abundância na região limítrofe da Costa do Ouro e na Cosa do Marfim.

Esses topônimos foram dados pelos portugueses que batizaram a região também de “Costa da Malagueta” uma micro-região da atual Libéria; “Costa dos Escravos” a Região do Dahomey (atual Benin) e “Rio dos óleos” a região da embocadura do Rio Niger; essa nomenclatura referia-se aos principais produtos de exportação e câmbio com europeus, tais como fuzis, barris de pólvora, barras de ferro e de cobre, tecidos e miçangas de vidro.

O ouro foi o primeiro atrativos para os europeus. Os portugueses instituíram na Costa do Ouro, o forte de El Mina e exportaram mais de uma tonelada do produto por ano. Assim, a Costa do Ouro (ou Costa dos Escravos) e a “Rota dos Óleos” eram as principais vias de trânsito desses tráficos.

Cerca de 50.000 mil escravos dessa região foram transpostos para as Américas no Século XVIII, período do auge do tráfico de escravos. No ano de 1815 o tráfico fora oficialmente abolido. Entretanto, a caça aos habitantes da região não pôs fim definitivo ao tráfico. Os ingleses, que tinham aprisionado a maior parte desses habitantes, foram os mais enérgicos na repressão ao tráfico. O sucesso dessa repressão deveu-se, muito, à fortaleza de sua marinha.



A ROTA DA ESCRAVIDÃO



2.6 Organização Sócio-política-religiosa:



Busto de Oduduwa (Ilê-Ifé / Nigéria)

Antes da colonização inglesa, os Yorubás constituíam uma federação de cidades-estado tendo como centro Ilê-Ifé (Ifé) fundada por um chefe guerreiro de nome Oduduwa.

É difícil estabelecer com exatidão a época dessa migração, mas a arqueologia estima que ela tenha ocorrido entre os anos 500 a.C e 400 de nossa era. É provável que esse deslocamento tenha ocorrido paulatinamente durante várias gerações.

Por volta do ano 900 d.c, a cidade-Estado de Ile-Ifé (Ifé) se auto-proclamou como uma potência dominante de várias cidades que circundavam Ilê-Ifé. Ressalta-se que essas cidades eram portadoras de uma destacada complexidade político-cultural.

Assim, a cidade de Ifé se converteu no centro cultural e religioso de várias populações que a cercavam, as quais passaram a reconhecer a cidade de Ifé como primaz na emanação de poderio.

Ifé estendeu sua influência e poderio para povos importantes que ficavam bem ao sul da Nigéria tais como os Igbós e Edos. E cada nova cidade-Estado que passava a integrar a federação iorubana recebia como chefe um Obá, cujo cargo representa uma forma de monarquia hereditária.

Para se tornar um Obá era necessário que o postulante passasse por um processo iniciático que o tornava um descendente espiritual de Oduduwa. Aliás todos os demais dignitários deveriam passar por rituais de iniciação, posto que as instituições políticas da tradição iorubana são intimamente ligadas às instituições religiosas tradicionais de seu povo. Ambas sobreviveram sob o governo colonial inglês na Nigéria e continuam a funcionar até nossos dias.

Seguindo o mito de criação, os descendentes de Oduduwa foram, então, os fundadores dos primeiros reinos iorubas. Entre esses reinos, que deram origem a outros tantos, estão Owó, Queto, Benin, Savê, Popó, Oió, Ijebu-Odé, Ilexá, Ondô, Aquê, e Ado-Equiti. E por isso que nos rituais de entronização de novos Obás, todas essas cidades-estados reafirmavam suas ligações com Ifé. Paramentos e insígnias deveriam ser enviadas ao Oni de Ifé (Rei de Ifé) para serem consagrados com o Axé, a força vital divina, de Oduduwa.

Ao ascender ao poder, o novo soberano da cidade (Obá) enviava um mensageiro ao Oni para comunicar-lhe a morte do antecessor e pedir-lhe que o confirme como Obá. O Oni, escolhido por um conselho de chefes liderados pelo Ouá, governante dos ijexás, representava tanto a confederação das cidades, quanto as comunidades e, sobretudo, as divindades. Quando o Oni morria, juntava-se aos Orixás. Assim, o Oni não era um simples sacerdote ou ritualista, mas o símbolo da unidade e a cabeça que conduz o corpo político de seu povo.

Muitas das cidades-estados eram controladas pelos Obás, além de ministros nomeados por nobres, líderes e comerciantes. Outras cidades tinham monarcas poderosos e semi-autocráticos, os quais tinham um controle quase total. Em outras, os Obás eram apenas figuras importantes e deveriam, em ambos os casos, seu poder ao Oni de Ifé.

O Oni de Ifé detinha os poderes religiosos que confirmavam e sacramentavam a entronização de cada um dos Obás, os quais periodicamente, iram até sua presença para as obrigações rituais que confirmavam seus laços com os Eborás (Sociedade Egugun), ancestrais primevos, violentos e perigosos. Até mesmo o Alafin de Oió, quando assumia o poder, enviava a espada-símbolo de sua realeza (o agadá) a Ifé, para lá receber o Axé de Oduduwa.

Logo, o poder do Oni é a emanação do poder espiritual dos eborás, maior e mais forte do que qualquer tipo de poder físico. Assim, um Oni, depois de consagrado, passa a ocupar



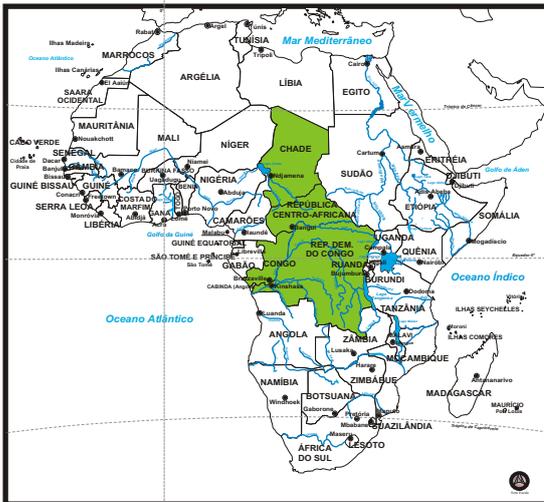
Sijwade - atual Oni de Ifé



a posição de senhor do Axé (alaxé), imediatamente abaixo dos eborás: e quando morria, o Oni passava a integrar o panteão dos eborás.

3. África Central

Nesta subdivisão do continente encontramos os seguintes países: Chade, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Congo. Dentre os vários povos que habitaram esta região, destacaremos os povos de língua banto por se tratar de dois terços da população atual, e por sua relação com o Brasil na diáspora África-América.



Os Povos Bantos

O termo Banto se refere a um tronco linguístico no qual se encaixam entre 300 e 600 (LOPES, 1997, p. 269-77 apud MOREIRA, 2006, p. 40) línguas e povos diferentes, que ocupam uma superfície de aproximadamente nove milhões de quilômetros quadrados, que vai desde uma linha imaginária que divide o continente africano ao meio, da República dos Camarões, no Atlântico, à Tanzânia, no oceano Índico (LOPES, 1997, p. 269-77 apud MOREIRA, 2006, p. 40). É comum utilizar-se o termo banto hoje também para designar os povos que utilizam as línguas pertencentes ao tronco banto, que somam mais de 200 milhões de pessoas.

Segundo a tese de alguns lingüistas, as línguas bantas seriam derivadas de uma única língua comum, denominada por eles de protobanto. De acordo com os estudos destes lingüistas, é possível reconstruir um pouco do modo de vida dos primeiros povos bantos através do estudo de sua língua. Sabemos, por exemplo, que eram produtores de alimentos, pois possuíam palavras para designar o dendezeiro, legume, figueira, azeite, cogumelo, bode, cachorro, e até boi. O vocabulário de caça era pouco, e predominavam as palavras referentes a pesca, como anzol, canoa, remo. Tudo isto nos faz crer que tivessem um habitat que transitasse entre a savana, o cerrado e a floresta.

Este tipo de território pode ser encontrado ao norte e ao sul da grande selva do Zaire. Pelos estudos lingüísticos e arqueológicos, estamos diante, portanto, de pescadores, que praticavam a agricultura nas bordas da mata, coziavam a cerâmica, teciam panos de rafia e outras fibras vegetais, faziam cestos, estavam organizados em extensas famílias e conheciam certas formas de controle social difusas, baseadas no prestígio dos mais velhos. Suas crenças religiosas não apresentavam grande distância das que ainda hoje professam muitos de seus descendentes: acreditavam que tudo participa da harmonia cósmica, que cada coisa possui força espiritual e que há permanente troca de poder e apoio entre os vivos e os mortos da mesma linha de sangue.

À medida que aumentava o número populacional, os protobantos foram avançando para o leste e para o oeste, sempre seguindo os principais leitos de rios da região, como o Sanga e o Ubanqui até o leito do rio Zaire, e então subindo por seus afluentes: o Cuango, o Quilu, o Cassai e o Lulua. Conforme iam migrando, a língua ia se segmentando. Os grupos que se expandiram para o leste deram origem às línguas bantas orientais, e os que se deslocaram para o sul, ao ramo ocidental do banto.

Por volta do século II, os bantos atingiram as regiões das serranias e montanhas do Quênia e do Rift Valley, como demonstram os exemplares das cerâmicas ali descobertas. Nos séculos III e IV, eles expandiram-se até o norte da África do Sul, descendo à costa de Moçambique, onde tiveram contato com a bananeira, o coqueiro e várias espécies de inhames de origem sul-asiática, trazidas à região de Madagascar pelos primeiros indonésios que ali chegaram através do Índico.



Após dominarem outras técnicas de obtenção de alimento, como o cultivo do sorgo e do milhete, e a criação das cabras, carneiros e bois, os bantos puderam então se afastar da vida próxima aos rios, córregos e lagos, e ocuparam as savanas e os planaltos da Zâmbia, do Zimbábue, Maláui, Zaire, Moçambique, Angola e leste da África do Sul. A maioria passou então a depender mais da caça e do gado do que da pesca, além da semeadura.

Os grupos bantos se espalharam muito rapidamente pela África. Mas esta expansão não se dava através de exércitos, embora tivessem que se valer da força em alguns casos; mas em sua maioria eram colonos que se ocupavam territórios que lhes pareciam vazios, às vezes entrando em contato e até mesmo em conflito com pequenos grupos de caçadores e coletores errantes, como os coissãs e pigmeus.

Como mostra o relato de Alberto da Costa e Silva, assim se dava a chegada de um grupo banto a uma nova região:

Eis que chega um grupo banto. Algumas famílias. Ou toda uma linhagem. Limpa o terreno. Corta árvores para fazer as casas. Arma-lhes as paredes como uma gaiola de varas e preenche os vazios com barro socado. Compõem-lhes o teto de sapé. E nessa nova aldeota, instalam-se. Abre, ali perto, por derruba e queimada, as suas roças. Faz os cercados para os animais domésticos: ovelhas, cabras, algumas vezes a vaca. Vai pescar no rio, no riacho, no lago, na lagoa. Com anzóis e arpões de ferro. Com armadilhas, redes e puças. Volta muitas vezes da caça com grandes animais – antílopes, búfalos, porcos selvagens – que matam, graças à lança e à flecha de ponta de ferro, com menor dificuldade do que os vizinhos nômades, que mal pressentem.

(...)Quando o solo começa a mostrar-se menos fértil ou a caça se torna mais difícil nas redondezas, o grupo segue adiante. E, quando o número dos que formam aumenta demasiadamente ou dentro dele surge a cizânia, seguem adiante, divididos. Ao mudar de paisagem e ao entrar em contato com culturas diferentes (...), alteram a alimentação, modificam hábitos, enriquecem o vocabulário e a sintaxe, trocam a forma de alguns de seus objetos e assimilam novos símbolos de fé e poder. (SILVA, 1996, p. 210-211).

Englobando uma infinidade de comunidades e povos de pouca ou nenhuma semelhança física, os bantos, uma classificação mais lingüística do que étnica, ocupam atualmente cerca de dois terços do território africano. Estes grupos podem ser classificados de acordo com as influências que sofrem a partir do contato com outros povos, com os quais, durante sua expansão, dividem territórios, metizando-se ou repelindo-se. Algumas características se mantêm constantes, como a divisão sexual do trabalho, cabendo às mulheres a agricultura e aos homens o pastoreio, e a organização familiar matrilinear, nos quais a mãe e irmãs do governante, chefe eletivo ou rei divinizado, exercem importante papel político.

Hoje podemos dividir os grupos bantos em cinco grandes grupos, de acordo com suas características culturais e região geográfica. São eles:

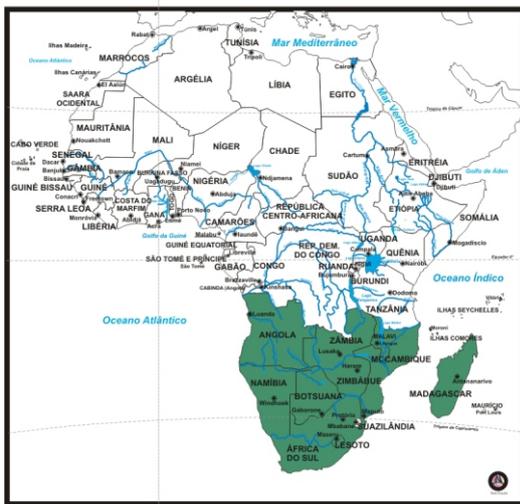
- Os bantos da floresta tropical, como os mpongué e os bakotá (no Gabão), os kuelé, os birá e os bateké (no Congo), que vivem em tribos de reduzidas dimensões;
- Os bantos da savana atlântica, com destaque para os bacongos, do reino Manicongo (séc. XIII), os bavili, os umbundo, ovibundos e os hereros;
- Os bantos do planalto central, com destaque para os shona, povo pertencente ao grande reino do Monomotapa;
- Os bantos meridionais, com pastores organizados em aldeias dispostas em torno de um curral comunitário, com destaque para os nguni e os sotho, que habitam regiões próximas a atual África do Sul;
- E os bantos orientais, incluindo os povos da federação Malawi, do atual Quênia e na região dos Grandes Lagos (Burundi e Ruanda) (MOREIRA, 2006, p. 42-43).





Muito ainda deve ser descoberto em relação ao modo de vida dos primeiros povos bantos. Mas o que sabemos é que graças à sua expansão pelo território africano, conhecimentos, objetos e técnicas puderam ser levados a vários povos diferentes do continente, como o uso do ferro, e técnicas de cultivo. Assim, expandindo-se, misturando-se, podem ampliar os seus conhecimentos nos contatos com outros povos, demonstrando como a cultura africana é rica e diversificada, mas sempre aberta ao contato com outros povos.

4. África Austral



Os países que fazem parte da África Austral são: Angola, Zâmbia, Moçambique, Namíbia, Botsuana, Zimbábue, Suazilândia, Lesoto, África do Sul, Madagascar e as Ilhas Comores e Maurício.

O Grande Zimbábue e o Reino do Monomotapa

Atualmente os países pertencentes à África Austral, numa perspectiva geográfica, são: Angola, Zâmbia, Moçambique, Zimbábue, Namíbia, Botsuana, Suazilândia, Lesoto, África do Sul, Madagascar, contando ainda com as diversas ilhas que pontuam a área de encontro dos Oceano Atlântico e Índico.

Por volta da metade do primeiro milênio, os povos bantos, provenientes da fusão entre a vaga oriental e a dispersão secundária a partir da África central, assentaram-se na região dos rios Zambeze e Limpopo. Eram povos oriundos da região do lago Tanganica, que haviam chegado à região por volta do ano de 850, descobrindo ouro, cobre, ferro e outros metais. Ao chegarem à região, a classe dominante erguera um santuário e outras edificações às quais deram o nome de Dzimbáhué. Traziam consigo a prática da agricultura, além de gado (búfalos, caprinos, zebras) e do conhecimento da metalurgia. Estas sociedades viveram em economias de subsistência assim mesmo devendo praticar um comércio local, sendo que este é atestado pela cerâmica refinada, testemunha de uma especialização do trabalho.

Segundo M'Bokolo,

Por volta do ano 1000, registrou-se uma renovação importante, identificada por uns com a chegada de um grupo novo da população, os Leopard's Kopje(...), por outros a uma aceleração do modo de mudança nas sociedades locais. (...) Numa segunda fase, datada dos séculos XIII XIV, a cultura material dos Leopard's Kopje voltou a enriquecer-se com o trabalho do algodão, o tratamento do ouro e do marfim, e as primeiras construções de paredes de pedra. (M'Bokolo, 2003)

No que concerne à “origem” do reino, os estudiosos não estão em consenso. Alguns atribuem um valor capital ao poder de agregação inerente à adoração de Muári, outros consideram que novos valores políticos foram acrescidos com a chegada de contingentes étnicos que não xonas. Alguns, ao contrário, crêem que dinâmicas próprias, locais, tiveram como resultado a criação de sistemas políticos inéditos. Existem também aqueles que, ainda de acordo com M'Bokolo,

Poem em evidência o papel decisivo, aqui como em outras partes da África, do “comércio a longa distância” com parceiros estrangeiros. É certo que o comércio entre os árabes estabelecidos na costa do oceano Índico, em particular em Quíloa (Kilwa) e em menor



volume, em Sofala, e as populações Xonas tinham alcançado um notável nível de desenvolvimento de que as fontes portuguesas nos finais do século XV e começos do século XVI dão bem conta. (M'Bokolo, 2003)

Assim, em meados do século XIV, o Grande Zimbábue devia ter uma população acima dos 10.000 habitantes. A sociedade devia, a partir de hipóteses sustentadas pelo material arqueológico, ser extremamente hierarquizada: acima de todos, o rei e sua parentela; logo abaixo os dignitários e os oficiais do Estado, seguidos pelos numerosos artesãos – ferreiros, trabalhadores do artesanato têxtil, pedreiros, oleiros. Testemunho deste poder nas mãos do rei são as enormes construções de pedra que deram espaço para o desenvolvimento de diversas lendas acerca da população do Grande Zimbábue.

Apesar de toda a hierarquia, e dividindo a atenção com o poderio real, uma instituição específica era considerada como primordial: a família. É o que atestam os achados materiais que indicam uma forte centralidade da atenção cotidiana para o meio familiar em detrimento ao espaço coletivo. Como deste modo os indivíduos tinham sua atenção voltada para a subsistência de sua família, ao que tudo indica o rei acabava por ser o único que poderia lucrar com o comércio em larga escala, pois só ele possuía os meios para mobilizá-lo.

O território possuía jazidas de ouro, o que atraiu a atenção de comerciantes estrangeiros, os quais o trocavam por pérolas, tecidos, cerâmicas e miçangas. Como foi discutido acima, não se está em consenso sobre qual foi o papel que estes estrangeiros representaram na emergência do Estado. Todavia, seja marginal ou essencial, estes sem dúvida participaram efetivamente na sua constituição.

Monomotapa (que significa “senhor de tudo” ou “senhor dos vassallos submetidos pela guerra”) era o nome que recebia o rei dos povos Xonas (tronco banto), que habitavam na região entre os atuais Zimbábue e Moçambique.

M'Bokolo chama a atenção para alguns aspectos surpreendentes deste reino africano:

O rei, liberto das contrições da humanidade pelas suas próprias funções e por atos desumanos acompanhando a sua entronização, era encarado como representante até na sua virilidade e na sua constituição física da prosperidade do reino e do bem estar da sociedade no seu todo. Alguns chefes deviam até ter relações sexuais com um crocodilo vivo ou uma serpente. “Antigamente, costumavam os reis desta terra beber peçonha, com que se matavam, quando lhes sucedia algum desastre ou defeito natural em sua pessoa, como era serem impotentes ou doentes de alguma enfermidade contagiosa, ou quando lhes caíam os dentes dianteiros, com que ficassem feios, ou qualquer outra enfermidade ou aleijão. E para não terem estas faltas se matavam, dizendo que o rei não havia de ter defeito algum e, quando o tivesse, era mais honra sua que morresse logo e fosse à outra vida melhorar-se do que lhe faltava, pois lá tudo era perfeito”. (M'Bokolo, 2003)

Os Xonas eram guerreiros belicosos e grandes comerciantes. Seus chefes usavam capas de peles de animais selvagens, cujas caudas arrastavam pelo chão, como sinal de dignidade e autoridade. Suas espadas, levadas do lado esquerdo da cintura, eram ornamentadas com muito ouro. Armavam-se também de flechas e lanças pontiagudas.

4.1 Tradições Religiosas

Para os Xonas, o mundo e todas as coisas são criações de um Ente Supremo, chamado Muári, também chamado de Mulungu, Ruwa ou Unkulunkulu. Ele personifica as forças da natureza e da sociedade. O Monomotapa governava em nome de Muári, acumulando poderes políticos e religiosos. Mas os grandes depositários e conhecedores das coisas que dizem respeito ao cotidiano da vida e à natureza são os Nganga. Eles devem ser consultados nas doenças e estados anormais, e utilizam dos muxongas (medicamentos e ervas), para determinar a causa do malefício e assim obter a cura. Os Mizimus, espíritos dos ancestrais, também desempenham um papel fundamental na religiosidade destes povos. Eles são espíritos familiares, aos quais devem ser feitas oferendas periódicas de pombe (cerveja), tabaco, mingau etc. Um Mizimu insatisfeito ou esquecido pode causar doenças e outros distúrbios em seus descendentes.





Sugestões de Atividades e Recursos Didáticos

É importante ressaltar que as atividades aqui propostas apenas obterão o sucesso desejado mediante o planejamento sistematizado das ações a serem empreendidas, traçando as metas e o roteiro a ser seguido pelos professores e pelos alunos envolvidos.

1. Atividades Sugeridas:

A Memória é um conceito fundamental para os povos africanos. Por isto mesmo, se torna importante trabalhar este conceito com nossos alunos. Para isto propomos algumas atividades pedagógicas:

1.1. Discutir com os alunos o que é memória;

■ Pedir que escrevam ou desenhem suas histórias de vida;

■ Compartilhar os escritos/desenhos;

■ Pedir que tragam uma lembrança boa que querem lembrar/uma lembrança ruim que querem esquecer;

■ Compartilhar as lembranças;

■ Avaliar as atividades;

■ Trazer para a escola um objeto de casa, seja ele qual for, que, direta ou indiretamente, traz à sua memória a presença afro-brasileira. As carteiras devem ser arrumadas em círculo. Os objetos são colocados no chão da sala, de preferência forrado com uma esteira ou tapete. Se possível, colocar um fundo musical com músicas afro-brasileiras. Todos se sentam em círculo e, um a um, colocam os objetos no centro da roda, explicando do que se tratam e porque o trouxeram. Depois de todos terem exposto, pedir que os alunos desenhem seus objetos, e que escreva ao lado porque o trouxe e qual a história do objeto. Expor os desenhos todos num mural.

■ As crianças podem criar um livro em conjunto sobre liberdade/racismo, África/afro-brasileiros, um tema relacionado ao projeto. Elas mesmas, o professor ou professora escrevem frases ou fazem desenhos sobre o que é liberdade. No final, fazem uma encadernação improvisada com uma fita, como se fosse uma costura, e expõem o material.

■ Pesquisar em casa, com familiares, músicas que lembrem ou se reportem à população negra/afro-brasileira. Levar para as escolas e fazer uma apresentação aos colegas.

■ Seria interessante fazer um mapa da África com recortes de revista e texturas que as crianças acharem que estão relacionadas aom a África. Exemplo: animais, pessoas, cores, areia, e tudo que elas acharem que lembra a África. O mapa vai ser um mosaico.

■ Construir um acervo de mitos e lendas africanas e afro-brasileiras. Ilustrá-los e formar fichas de leituras com eles. Pode-se fazer um concurso entre as lendas e mitos e suas ilustrações.

■ Pedir aos alunos que pesquisem as bandeiras de alguns países da África. A partir das bandeiras, fazer fichas e cartazes sobre as capitais, os idiomas, os recursos naturais... Fazer uma espécie de viagem virtual a esses países. Preparar a exposição para a escola relatando esta “viagem”.

■ Após mostrar aos alunos um mapa completo da África, distribuir os mapas “mudos” do continente

■



africano e pedir que os alunos pintem e escrevam os nomes dos países africanos.

- Fazer o mapa da África emborrachado e transformá-lo num quebra-cabeças. Distribuir as partes/peças do mapa entre os alunos e pedir que o montem. Pode-se fazer uma competição para ver quem consegue montar primeiro.
- A Memória é um conceito fundamental para os povos africanos. Por isto mesmo, se torna importante trabalhar este conceito com nossos alunos. Para isto propomos algumas atividades pedagógicas:
- Discutir com os alunos o que é memória;
- Pedir que escrevam ou desenhem suas histórias de vida;
- Compartilhar os escritos/desenhos;
- Pedir que tragam uma lembrança boa que querem lembrar/uma lembrança ruim que querem esquecer;
- Compartilhar as lembranças;
- Avaliar as atividades.

1.2. Discussão de Textos

A história dos povos africanos era transmitida oralmente. Por isto mesmo é importante trabalhar com os alunos o conceito de oralidade. Sugerimos a leitura do seguinte texto com os alunos:

As Fogueiras da Memória. A Tradição Viva

A história dos povos africanos era transmitida oralmente. Era pacientemente passada de boca a ouvido, de mestre a discípulo ao longo do tempo. De modo geral, a importância maior da fala sobre a escrita está presente ainda hoje na cultura de muitos povos, nos vários cantos do planeta.

A oralidade dessas sociedades desenvolve a memória e fortalece a ligação entre o homem e a palavra. A palavra é considerada divina. E a tradição oral africana não se limita às narrativas lendárias. Ela está ligada ao comportamento cotidiano das pessoas e da comunidade. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação. Por exemplo, ao fazer uma caminhada pela mata e encontrar um formigueiro, um velho mestre terá oportunidade de ensinar os mais jovens de diversas maneiras. Pode falar do próprio animal e da classe de seres a que pertence, ou pode demonstrar como a vida em comunidade depende da solidariedade. Assim, qualquer acontecimento pode ser aproveitado para desenvolver vários tipos de conhecimento.

Geralmente é o grupo dirigente que controla a posse das tradições, e sua transmissão é realizada por especialistas. São indivíduos com maior habilidade, encarregados da memorização e transmissão das tradições.

Os contadores de história geralmente são chamados de griots. Este foi o nome dado pelos franceses aos diélis. Os diélis são poetas e músicos, conhecem muitas línguas e viajam pelas aldeias. Diéli é uma palavra da língua bambara, falada pelo povo africano que habita principalmente nas regiões do Mali, Senegal e Guiné-Bissau, e quer dizer “sangue”; e a circulação do sangue é a própria vida. Como a palavra que circula. (CAMPOS, 2002:32/33).





Após a leitura do texto sobre a tradição oral africana, sugerimos solicitar a seguinte atividade aos alunos:

Peça ao membro mais antigo de sua família que lhe conte uma história referente à constituição de sua família. De onde vieram seus avós, bisavós, trisavós, quem eram, como eram, o que faziam. Não a escreva, guarde-a na memória e reconte-a, depois, a seus colegas. Descubra que tipo de memória foi preservada de seus antepassados. O que, de seus antepassados, foi transmitido para seus pais até chegar a você (histórias, músicas, receitas, etc.). Formem grupos e troquem seus relatos. Descubra se há algum colega com uma história parecida com a sua ou se os parentes vieram do mesmo lugar.

2. Recursos Didáticos:

a) Vídeos / Filmes

- Diamante de Sangue. 2006. 92 min. Edward Zwick.
Temas: Exploração de trabalhadores na África, contrabando de diamantes, guerras inter-étnicas.
- Hotel Ruanda. 2004. 121 min. Terry George.
Temas: Conflitos/Guerras na África.
- Kiriku e a Feiticeira. 1998. 71 min. Michel Ocelot.
Temas: A visão de uma aldeia africana, o herói negro, o preconceito a partir de características físicas. A tolerância religiosa.
- O Jardineiro Fiel. 2005. 129 min. Fernando Meirelles.
Temas: Epidemias, exploração do continente africano.
- O Último Rei da Escócia. 2006. 121 min. Kevin Mcdonald.
Temas: Ditadura na África.

b) Músicas

- África Brasil - Jorge Ben
- Interlude Zumbi - Chico Science & Nação Zumbi
- Antigamente Quilombos, Hoje Periferia - Z'África Brasil
- Etnia - Chico Science & Nação Zumbi
- Todo Camburão tem um Pouco de Navio Negreiro - O Rappa





Referências Bibliográficas

CAMPOS, Flavio de. O Jogo da História. São Paulo: Moderna, 2002.

HEGEL, George W. F. Filosofia de la história universal. Madrid, Revista de Occidente, 1928. Tomo I.

HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. A África em sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo, Selo Negro, 2005.

JAGUARIBE, Hélio. Um Estudo Crítico da história. Tomo II. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

KI-ZERBO. História da África Negra. Lisboa, Publicações Europa-América, 1999.

LOPES, Nei. Kitábu: O livro do saber e do espírito negro-africanos. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005.

M'BOKOLO, Elikia. África Negra História e Civilizações. Lisboa, Editora Vulgata, 2003.

*PRANDI, Reginaldo. Mitologia dos Orixás.

SILVA, Alberto da Costa e. A Enxada e a Lança A África antes dos portugueses. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996, 2º Ed.

SILVA, Marilena da. GOMES, Uene José (Org.). África, Afrodescendência e Educação. Goiânia, UCG: 2006.



Módulo III

RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E DE MATRIZ AFRICANA

Organização, pesquisa e texto:

Marcos Torres

Eliesse Scaramal

Francisco N'gunzala

Léo Carrer Nogueira





Religiões Afro-brasileiras e de Matriz Africana

O estudo das religiões Afro-brasileiras e de Matriz Africana

Algumas perguntas devem preceder a exposição que será feita neste módulo, a partir da consideração de que estamos tratando do tema mais polêmico e mais submetido a estigmas das relações raciais no Brasil, no mínimo um dos mais.

A primeira questão a responder para abrir o olhar e ouvidos dos cursistas é a importância de se conhecer as religiões de matriz africana e afro-brasileiras. Deve-se registrar que a rearticulação dos códigos religiosos e da relação com o sagrado significou uma negação da condição de “coisa” imposta pela escravidão e, portanto, uma afirmação da condição “humana” para os negros escravizados.

Por outro lado deve-se considerar que o conhecimento é a melhor forma para a superação de preconceitos. Não se trata, portanto de convencer sobre outra forma de fé, mas sim de compreendê-la e saber de sua importância na resistência à escravidão e na forma de ver o mundo para a população negra no Brasil, resultado da diáspora africana.

Segundo Vagner Gonçalves da Silva em seu livro *Candomblé e Umbanda, caminhos da devoção brasileira*, “o desenvolvimento do candomblé, por exemplo, foi marcado, entre outros fatores, pela necessidade por parte dos grupos negros de reelaborarem sua identidade social e religiosa sob condições adversas da escravidão e posteriormente do desamparo social, tendo como referência as matrizes religiosas de origem africana. Daí a organização social e religiosa dos terreiros em certa medida enfatizarem a 'reinvenção' da África no Brasil. No caso da Umbanda, de formação mais recente, seu desenvolvimento foi marcado pela busca, iniciada por segmentos brancos da classe média urbana, de um modelo de religião que pudesse integrar legitimamente as contribuições dos grupos que compõem a sociedade nacional. Daí a ênfase dessa religião em apresentar-se como genuinamente nacional, uma religião à moda brasileira.” (SILVA,2005:15).

Outra questão é a da própria relevância da religiosidade na vida de um povo e seu impacto e capacidade de expressar as relações e valores que organizam uma sociedade. A religiosidade sempre expressa a forma como uma sociedade se organiza, como ela lida com os seus limites, estabelece relações com o mundo, articulando suas prioridades. Os códigos mais profundos de uma cultura estão arquivados na relação com o sagrado. A importância de conhecer estes aspectos de um povo é compreender como eles dimensionam suas relações com o mundo, com outras sociedades, isto se torna significativo, em particular, no caso da diáspora africana.

O que são as Religiões de Matriz Africana?

Entende-se que se tratam de um conjunto de expressões religiosas que têm em comum uma origem na África e, portanto, étnico-racial, tendo mantido na diáspora os princípios teológicos e teogônicos africanos. Além disto, estas religiões se caracterizam pela manutenção de uma forte rigidez em relação aos seus rituais, tradições e hierarquia religiosa, como acontece, por exemplo, nos diversos modelos de Candomblé e Tambor-de-Mina.

O que são as Religiões Afro-Brasileiras?

Da alternativa negociada de elementos culturais e religiosos diversos, foi possível simular e em alguns casos até agregar cultos a santos cristãos. Estes cultos com o passar do tempo tornaram-se verdadeiras religiões afro-brasileiras, dentre as quais, se destacam a Umbanda, a Jurema e o Catimbó. Assim sendo, o termo “religiões afro-brasileiras” refere-se à mescla de elementos africanos, europeus e ameríndios.





As Nações Diaspóricas

O conceito de nações diaspóricas é tratado por alguns autores atualmente como mais adequado para definir o modo como foram agrupados os povos africanos em grandes matrizes culturais, religiosas e lingüísticas, sendo os principais grupos as nações Iorubá ou Nagô (Orixás), a nação Jeje (Voduns) e a nação Banto (Inquices).

Em cada uma destas nações encontra-se uma grande variedade de povos e culturas diferentes, agrupadas segundo semelhanças lingüísticas, étnicas, religiosas e culturais. Estas denominações se referem a agrupamentos de povos distintos, impostos pelos colonizadores a partir do estabelecimento do tráfico de escravos (MATORY, 1999: 2). O estudo destas nações é fundamental para entender-se os códigos simbólicos dos Candomblés, já que cada nação irá se constituir em um modelo ritualístico diferente desta religião.

1. Sudaneses

1.1. A Nação Ioruba

Os povos da Nação Ioruba viviam em uma área do continente africano denominada Iorubalândia, região que compreende partes dos atuais países do Togo, Benin e Nigéria. Esta região, que não possui fronteiras físicas nem políticas determinadas e nem uma centralização política, compreendia, no período anterior à colonização, a existência de vários reinos, como Egbá, Ketu, Ibeju, Ilexá e Owó, cada um com seus próprios governantes, e que mantinham ligações, tanto espirituais quanto políticas, com duas das principais cidades da região, que eram Oyó e Ifé (OLIVA, 2005: 32).

A religiosidade dos povos que viviam nesta região se assentava em torno do culto aos Orixás. Segundo suas crenças, existia um Deus Supremo, Olorum, criador de todas as coisas, e este Deus havia criado os Orixás, divindades responsáveis por representar todos os seus domínios aqui na Terra. Estes deuses estavam mais ligados aos homens, atendendo seus pedidos e repreendendo-os quando necessário (OPOKU, 1991: 520). Quando necessitavam de algo, os homens não recorriam ao Deus Supremo, mas sim a estas divindades, os Orixás, que se ligavam a fenômenos da natureza, como a água, o trovão, as matas, os rios, etc.

A ancestralidade para o africano é algo muito importante. Na região dos povos Iorubas, especialmente, podemos notar este traço constitutivo de sua religiosidade. Consideram que os espíritos dos que morreram continuam a existir, e que, portanto devem ser alimentados através de oferendas e sacrifícios realizados pelos vivos. O ancestral é um espírito sagrado, e pode ser solicitada sua ajuda sempre que necessário. Para isto, a pessoa que estiver passando por uma situação difícil vai até o túmulo em que este está enterrado, lhe faz uma oferenda, que pode ser através de comida, bebida, flores e até mesmo um animal sacrificado, e lhe pede ajuda para resolver seu problema (Idem: 93).

Os principais Orixás cultuados no Brasil são:

- Olorun** é o Deus supremo, que criou as divindades chamadas Orixás;
- Exu**, Orixá guardião dos templos e das pessoas, mensageiro divino dos oráculos;
- Ogum**, Orixá do ferro, guerra, fogo, e tecnologia;
- Oxóssi**, Orixá da caça e da fartura;
- Xangô**, Orixá do fogo e trovão, protetor da justiça;
- Obaluaiê**, Orixá das doenças epidérmicas e pragas;
- Oxumaré**, Orixá da chuva e do arco-íris;
- Oyá ou Iansã**, Orixá feminino dos ventos, relâmpagos, tempestade, e do Rio Niger;
- Oxum**, Orixá feminino dos rios, do ouro, jogo de búzios, e amor;
- Iemanjá**, Orixá feminino dos mares e oceanos, da fertilidade, mãe de muitos Orixás;
- Naná**, Orixá feminino dos pântanos e da morte, mãe de Obaluaiê;
- Ibeji**, Orixá dos gêmeos e das crianças;
- Omolu**, Orixá da terra e da saúde;
- Obatalá**, o pai de quase todos orixás, criador do mundo e dos homens;
- Ifá**, Orixá da adivinhação e do destino.



1.2. A Nação Jeje

O grupo que se convencionou chamar de Jeje engloba uma série de povos de línguas diferentes que viviam na mesma região dos Iorubas, a Iorubalândia, e foram identificados e diferenciados não só pela língua, como também pelo tipo de religiosidade. Entre os principais grupos, destacam-se os de língua ewe, gen, aja e fon (MATORY, 1999). Quanto à religiosidade, os Orixás aqui dão lugar a um outro grupo de divindades, os Voduns. Assim como no caso dos Orixás, os Voduns também são divindades naturais, que tem a função de auxiliar os homens quando são invocados.

Os principais Voduns cultuados no Brasil são:

- Mawu** é o Ser Supremo dos povos Ewe e Fon;
- Lissá**, que é masculino, é também co-responsável pela Criação;
- Loko** é o primogênito dos voduns, dono da jóia de mahi, que é o rúgbi;
- Gu**, Vodun dos metais, guerra, fogo e tecnologia;
- Heviosô**, Vodun que comanda os raios e relâmpagos;
- Sakpatá**, Vodun da doença e da cura;
- Dan**, Vodun da riqueza, representado pela serpente do arco-íris;
- Agué**, Vodun da caça e protetor das florestas;
- Agbê**, Vodun dono dos mares;
- Ayizan**, Vodun feminino dona da crosta terrestre e dos mercados;
- Agassu**, Vodun que representa a linhagem real do Reino do Daomé;
- Aguê**, Vodun que representa a terra firme;
- Legba**, O caçula de Mawu e Lissá, e representa as entradas e saídas e a sexualidade;
- Fá**, Vodun da adivinhação e do destino;
- Aziri**, vodun das águas doces;
- Possun**, vodun do pó e da terra seca, representado pelo tigre.

Este modelo de divindades dos grupos considerados Jejes veio não só para o Brasil, como também para a região do Caribe, especialmente em Cuba e no Haiti. Nestes locais surge um modelo religioso que ficará conhecido como Vodou. O Vodou haitiano tem grandes semelhanças com o Candomblé brasileiro. É uma religião que busca a ligação de seu praticante com a natureza e com os espíritos ancestrais.

Um ritual de Vodou haitiano começa com uma série de preces e de cantigas católicas entoadas em francês, seguida de em uma série das invocações para todos os espíritos principais da casa. Após mais canções introdutórias, são executadas as cantigas para todos os espíritos individuais. Ao serem entoadas tais cantigas os espíritos virão visitar os presentes através da incorporação em indivíduos, falando e agindo através dos corpos das pessoas em transe. Cada espírito é saudado e cumprimentado pelos noviços presentes e dará consultas, conselhos e curas àqueles que solicitarem sua ajuda. Mais tarde, nas primeiras horas da manhã, a última canção é entoada, despede-se os convidados, e todos os hounsis, houngans e manbos esgotados podem ir dormir.

2. Bantos

2.1. A Nação Banto

Como já vimos anteriormente, Banto não é um povo, nem designa uma única cultura comum. Na verdade, o termo Banto se refere a um tronco lingüístico, que deu origem a uma infinidade de línguas comuns, faladas por vários povos diferentes (são aproximadamente 400 grupos étnicos) em praticamente todo o território da África sub-saariana, como os ngola, cambinda, lunda, makuá, kassange, essange, munjolo, rebolo, angico, entre vários outros.

Dentre as tradições bantos que mais tiveram influência no Brasil, destaca-se os falantes das línguas kikongo e kimbundo, provenientes da região de N'gola (Angola). Neste território eram cultuadas divindades que tinham bastante semelhanças com os Orixás e Voduns: trata-se dos Nkisi/Mukixi, ou como são mais conhecidos: Inquices.





Os principais Inquices cultuados no Brasil são:

- Nzambi Mpungu**, Deus criador de todas as coisas;
- Pambu Njila**, senhor dos caminhos e dos começos;
- Tat'etu Hoxi Mukumbi / Nkosi Mukumbi**, o grande guerreiro e senhor do ferro;
- Tat'etu Katendê**, Senhor das florestas, da alquimia divina;
- Tat'etu Mutakalambô / Mutakulamburungunzo**, o Caçador divino;
- Tat'etu Nsumbu / Kaviungo**, senhor da terra e do chão;
- Tat'etu Kindembu**, ligado ao tempo cronológico, fenomênico e mitológico;
- Tat'etu Nzazi/Luango**, o raio sagrado. Ligado à justiça e ao fogo;
- Tat'etu Hongolo (Angorô)**, o arco-iris, também identifica-se com a cobra sagrada;
- Mam'etu Mbambulucema / Nvulucema/Matamba**, ligada ao fogo;
- Mam'etu Ndandalunda**, senhora de riquezas ligada a fertilidade e nascimento;
- Mam'etu Kaia(la) / Nkaia**, senhora das águas. Uma das grandes mães mitológicas;
- Mam'etu Nzumbá**, senhora dos antepassados mistérios antigos. A mãe ancestral;
- Wunge**, deusa ligada à justiça e aos nascimentos;
- Tat'etu Nkasuté Lembá / Lemba ria nganga**, o Senhor ligado a criação;





História das Religiões de Matriz Africana e Afro-brasileiras

Surgimento do Candomblé

Aos poucos começam a surgir na Bahia, principalmente, a partir do século XVII, cultos a divindades africanas de origem Jeje, os Voduns, e de origem Banto, os Inquices. Estes cultos vão sendo organizados em torno de personagens que ficariam conhecidos como feiticeiros, curandeiros e calunduzeiros. Este último termo é o que passa a predominar a partir da constituição dos terreiros que visavam cultuar aos Voduns e Inquices, terreiros estes que foram chamados inicialmente de Calundus. Nestes terreiros eram prestados serviços de saúde, como curas, utilizando ervas, unguentos, e tisanas, que aliviavam desde os males mais corriqueiros até doenças mais graves, como a tuberculose, a varíola e a lepra (SILVEIRA, 2005: 19).

A partir do século XVIII haverá uma predominância de escravos de origem Nagô (Ioruba) na Bahia. Isto se dá pelo fato de, em meados de 1830, a capital do império Ioruba, a cidade de Oyó, ter sido saqueada pelas tropas fundamentalistas do califado de Sokotô e do emirado de Ilorin, durante a expansão muçulmana. A queda da capital do império Ioruba fez com que uma grande massa de pessoas desta região fossem capturadas e trazidas para o Brasil como escravos.

Aos poucos estes grupos vão constituindo seus terreiros, que buscavam cultuar os Orixás. A principal característica destes primeiros Calundus a surgirem na Bahia é a variedade de divindades cultuadas em cada um.

A partir do século XIX os referidos terreiros passam a se organizar não apenas ritualmente, mas como uma sociedade constituída pelos negros escravos. O primeiro terreiro a ter esta característica foi o da Barroquinha, fundado atrás da capela de Nossa Senhora da Barroquinha, no centro histórico de Salvador, e que hoje se chama oficialmente Ilê Axé Iyá Nassô Oká, ou Casa Branca do Engenho Velho, como é mais popularmente conhecido (Idem: 22).

Mas não foi só através dos Candomblés que as práticas religiosas de origem africanas se perpetuaram. Fora dos terreiros, em casas simples e barracões, vários líderes religiosos negros, conhecidos como feiticeiros negros, prestavam diversos serviços à população local, concorrendo com a Igreja Católica, e até mesmo com a medicina oficial.

Este quadro cultural efervescente dará origem a uma variedade enorme de práticas, crenças e ritos, que se utilizaram de elementos africanos, católicos, indígenas, em diferentes graus, dando origem às diversas religiões afro-brasileiras hoje existentes.

Todo este quadro religioso de práticas mágicas, baseados nas figuras dos feiticeiros negros, é chamado por Roger Bastide de Macumba. Esta Macumba estava espalhada por praticamente todo o Brasil, e era um conjunto de práticas desconexas, sem um corpo doutrinário que as unisse em torno de uma única religião. Os praticantes destes cultos e rituais eram perseguidos, no início pela Inquisição, e depois pelo Estado, que os perseguia em nome do combate ao atraso e à barbárie.

As origens da umbanda

Segundo alguns autores, a Umbanda teria nascido no início do século XX, mais precisamente em 15 de novembro de 1908, num centro espírita de Niterói-RJ. Mas o processo que levou à constituição da Umbanda é muito mais longo e antigo do que parece. Ele se inicia alguns anos antes, quando da chegada dos primeiros navios negreiros às costas brasileiras, e está intimamente relacionada com a presença do negro africano em terras brasileiras, com o nascimento dos Candomblés e com a figura do feiticeiro negro.

O nome Umbanda passa a ser utilizado a partir do final do século XIX e início do XX, e deriva do nome do sacerdote na língua africana ki-mbundo, chamado de mbanda, e no plural, Ki-mbanda. É possível que este nome tenha se espalhado e foi apropriado pelos líderes de terreiros, que substituíram a macumba, termo que havia ganhado uma conotação pejorativa na sociedade, relacionando-se aos fazedores de feitiço e até adoradores do diabo.

Com a chegada do Kardecismo no Brasil, no início do século XX, estes terreiros vão sendo aos poucos





influenciados pela doutrina kardecista. As explicações dadas pelos kardecistas para os vários fenômenos que ocorriam nos terreiros de Umbanda acabam sendo apropriadas por muitos destes, que passam a se utilizar da doutrina kardecista dentro de seus terreiros. Outro fator que aproxima estas duas religiões era a perseguição sofrida ainda pelos terreiros de Macumba, e a legitimidade social que tinha o kardecismo na sociedade.

Mesmo com os esforços por parte dos kardecistas em negar a associação que se fazia entre sua religião e a Umbanda, esta associação continua durante, praticamente, todo o século XX, e irá marcar profundamente esta religião afro-brasileira em formação. Este período de perseguição irá durar ainda por todo o século XX, com a invasão e fechamento de vários terreiros, além da prisão de participantes dos cultos e apreensão de objetos utilizados nos rituais.

Sincretismo ou transculturação ?

O termo “sincretismo” foi bastante utilizado por alguns autores para descrever a mistura de diferentes matrizes culturais, como a européia, a africana e a ameríndia, presentes na macumba brasileira. O problema desta corrente é que ela denota um processo quase automático de associação e assimilação, e esconde a resistência dos negros africanos ao catolicismo. Segundo esta perspectiva, as religiosidades dos negros africanos teriam se “moldado” ao catolicismo de forma pacífica. Entretanto, na prática isto não acontece desta forma.

Há que se pensar a cultura como algo dinâmico. No contato entre brancos, negros e índios, de práticas culturais tão diferentes, estas matrizes culturais ficam disponíveis no imaginário social, e são apropriadas e ressignificadas pelos indivíduos de diferentes formas, dando origem a práticas e crenças diversas. Assim, ao invés de sincretismo, que denota uma superioridade branca frente aos cultos “bárbaros” e “atrasados” dos negros, preferimos utilizar o conceito de “transculturação”, que caracteriza uma forma de transcender sua própria cultura, incorporando a ela outros elementos, tanto por parte dos negros africanos, quanto dos brancos europeus.

Elementos que caracterizam as Religiões de Matriz Africana

- 1- A relação com a natureza, presente na ritualística, na cosmogonia, teogonia e na vivência diária das pessoas, por exemplo o uso de ervas, e na mitologia, relação dos seres sagrados (Orixás, Voduns, Inquices) com forças elementais, forças da natureza;
- 2- Reverência aos ancestrais, representados por diferentes formas e denominações;
- 3- Crença na comunicação entre os homens e o mundo do sagrado, por adivinhações, transe e rituais diversos. Esta relação é direta e cotidiana. Está presente até mesmo nas características do indivíduo.



Festa de Ogum com Babá Elídio
Ilê-Axé Omi Gbato Jegede



Fogueira de Airá - Iyá Darilene, Iyá Márcia e Babá Nairon
Ilê-Axé Omi Gbato Jegede



SAIBA MAIS...

Religiosidade: prática religiosa que não necessariamente está ligada a dogmas, ritos ou a uma hierocracia. Pode se relacionar a uma crença ou sentimento religioso, estando ou não vinculado a uma religião específica.

Religião: instituição fundada a partir de uma cosmogonia e teogonia comuns a um determinado grupo, caracterizando-se pelo rigor dogmático, hierocrático e litúrgico.

Culto: protoreligião, composta por práticas ritualísticas sem uma hierarquia e um corpo doutrinário definidos.

Rito: conjunto de práticas que obedecem a fórmulas estabelecidas por uma determinada religião.

Candomblé de kêtú (Nagô)



Fogueira de Airá
Ilê-Axé Omi Gbato Jegede

A base do Candomblé de Kêtu está no culto às divindades africanas Iorubanas, os Orixás. A função dos Orixás não é a de punir nem regular a conduta moral de seus fiéis. Seu objetivo é puramente ritualístico, sem qualquer tipo de vinculação ética que condene ou regule a conduta de seus seguidores.

Para se iniciar no Candomblé é necessário passar por um ritual complexo, quando primeiro deve ser definido o santo da cabeça do candidato à iniciação, que é seu orixá protetor. Serão realizadas três cerimônias principais, destacando-se o lagbé, onde planta-se o Orixá na cabeça do iniciado, sendo, em seguida, recolhido ao runcó o camarinha. Após sete dias ocorre a saída, quando o Orixá deverá dar o nome em público, considerando-se, a partir daí, como nascido.

Durante os cultos, que são divididos em cultos públicos e privados, o objetivo dos participantes é se ligar aos seus orixás, realizando oferendas, banhos de purificação, danças específicas a cada Orixá, tudo isto para agradar o Orixá de sua cabeça. Na ritualística pública o som e a dança cumprem papel determinante.

O culto é dirigido pelo babalorixá ou ialorixá, que são os pais e mães-de-santo, os chefes religiosos do Candomblé. Outros cargos que podem aparecer numa casa de Candomblé são:

- Iyá-kekerê**, segunda pessoa em autoridade;
- Ialaxé**, responsável pelos assentamentos dos Orixás;
- Ia-tebexê**, encarregada dos solos dos cantos litúrgicos;
- Iá-Bassê**, responsável pela cozinha ritual;
- Babalaô**, sacerdote do culto de Ifá;
- Dagã e Sidagã**, responsáveis pelo padê de Exu;
- Axogum**, encarregado dos sacrifícios;
- Alabês**, músicos cerimoniais;
- Ogãs**, representantes dos terreiros;
- Equêdes**, zeladoras dos Orixás incorporados;
- Iaôs**, médiuns dos Orixás;
- Abiãs**, noviças em fase de pré-iniciação.



O Tambor de Mina no Maranhão

No Maranhão houve uma maior concentração dos escravos de origem Jeje, provenientes do antigo reino do Daomé, que influenciaram no surgimento nesta região dos cultos do Tambor de Mina. A mina é uma religião que tem no transe a forma principal de comunicação com o mundo dos espíritos e na qual a transmissão dos conhecimentos rituais se faz, principalmente, pela tradição, do pai ou mão-de-santo para o filho ou filha.

Tambor de Mina é o nome do ritual de chamada das divindades cultuadas, que são os Voduns. Deve ser realizado preferencialmente à noite, no pátio ou varanda da casa onde estão os assentamentos dos santos. Uma casa da referida religião deve compreender múltiplos espaços. O Comé, Gomé ou Guma é o lugar sagrado e secreto onde se desenrolam as cerimônias privadas. Ao seu lado temos o barracão, lugar onde os voduns virão dançar e receber homenagens. Temos ainda o cajazeiro - que é a árvore sagrada e o pegi ou podone - santuário dos voduns. Todos estes espaços integram o Querebentan, o lugar sagrado nas casas de Mina.

Os rituais de iniciação começam no pegi, onde acontece a purificação das cabeças das futuras filhas com o amaci, uma mistura de ervas, seguidas pelo zandró, uma espécie de transe ritual, e o narrunó, que é o sacrifício. Após estas cerimônias de iniciação as novas filhas deverão ficar reclusas por oito dias. No último dia elas voltam ao pegi para receber suas tobosis (espíritos femininos infantis), cumprindo então um novo período de reclusão. Durante as cerimônias as filhas dançam vestindo roupas sempre brancas, e ao incorporar o Vodum, elas agregarão aos seus trajes adereços identificadores da entidade.

Os candomblés de angola



Símbolo de Airá
Ilê-Axé Omi Gbato Jegede

Este quadro religioso será bastante influenciado pelos modelos Jeje (Voduns) e principalmente Iorubá (Orixás), e dará origem a uma religião que ficou conhecida como Candomblé de Angola ou Angola-Congo, que possuem algumas especificidades próprias, como o culto aos Inquices, muitas vezes relacionados com os Voduns e Orixás, e também a utilização de palavras e expressões das línguas kimbundo e kikongo, como veremos a seguir.

Na teologia banto é pelo culto aos Inquices, já que Nzambi Mpungu está acima de qualquer forma existencial e de qualquer representação e culto, pois é completo em si mesmo, que o ser humano consegue o equilíbrio e ascende espiritualmente como iniciado, até que chegue o momento de ir morar nas Aldeias dos Antepassados (Sanzala dia Nkulu / Nkakulucage) onde mantém o intercâmbio com o mundo dos humanos, que é sua continuidade. Os antepassados, também, são respeitados e invocados como intercessores e intermediários entre os seres humanos e Nzambi. A eles são devidos todo o respeito e toda ação de culto dentro de uma nzo (casa), que deve sempre iniciar com a invocação e homenagens aos antepassados.

No Angola, também conhecido como Angola-Congo ou Candomblé de Caboclo, as divindades cultuadas são os Inquices. A hierarquia no Angola é composta pelos seguintes cargos principais:

- Tata-inquice-mia**, o chefe ritual;
- Mona-inquici-ia-mi**, filha de santo;
- Cota sororó**, mãe pequena;
- Xicarangomo**, músico cerimonial;
- Quivonda**, sacrificador;
- Quinsaba**, coletor de folhas;
- Macota**, responsável pelos santos incorporados;
- Quifumbera**, responsável pela cozinha.



Elementos que caracterizam as Religiões Afro-Brasileiras

- 1 - Influência das tradições africana, indígena, do catolicismo popular e do espiritismo kardecista;
- 2 - Culto aos ancestrais, na forma de encantados, “homens e mulheres que morreram ou então passaram diretamente deste mundo para o mundo mítico” (PRANDI, 2004: 07), caboclos e outras entidades diversas, as quais são consultadas durante o ritual.

A Umbanda

A Umbanda caracteriza-se pelo fenômeno da incorporação de caboclos, pretos-velhos, crianças, exus, e diversas outras entidades. São estes tipos de manifestações, de espíritos considerados “subalternos e inferiores, em comparação com a imagem ideal de homem e civilização” (Idem, p. 45) que, incorporados ao médium, prestam consultas aos pacientes que procuram o terreiro em busca de ajuda espiritual ou física.

O culto de Umbanda pode ser simples ou complexo, dependendo dos rituais e das influências utilizadas em cada terreiro. Geralmente se iniciam com os pontos cantados pela assistência, que se dispõem em círculo ao redor da gira, e entoam cantos específicos da Umbanda, que em suas letras louvam aos orixás e chamam pelas entidades. Outra característica são os pontos riscados. Tratam-se dos desenhos que as entidades realizam no chão, com giz, que trazem símbolos considerados sagrados para a Umbanda, como o pentagrama, a cruz, a flecha ou seta, espadas e etc.

O trabalho da Umbanda é dividido em duas linhas ou falanges principais, que são a esquerda e a direita. Cada uma destas linhas apresenta um tipo de culto específico, com entidades diferentes para cada uma e seus cultos são realizados, geralmente, em dias e locais separados. Na linha da direita o trabalho é realizado com caboclos, pretos-velhos, crianças, baianos, e outros espíritos que se caracterizam por já possuírem uma elevada condição moral, não realizando trabalhos para prejudicar outras pessoas.

Já os trabalhos de esquerda, também conhecidos como Quimbanda, que seria uma espécie de subdivisão da Umbanda, são realizados com espíritos de exus e pombagiras. Estas entidades são marcadas por um profundo dualismo dentro da visão umbandista. A priori eles não possuem uma distinção moral elevada como as outras entidades. Por essa amoralidade e pelo seu poder, que lhe atribuem os umbandistas, são espíritos considerados potencialmente perigosos, que podem fazer trabalhos tanto para ajudar quanto para prejudicar outras pessoas, dependendo apenas que lhe seja pedido.

Podemos concluir assim que apesar das várias tentativas de unificação e codificação de uma doutrina única dentro da Umbanda e da uniformização de seus rituais, já propostas por várias federações através dos congressos realizados pelo país, a Umbanda mantém a diversidade como sua principal característica, continuando a ser reinterpretada e reinventada conforme as idéias e vivências de seus líderes, o que, de certa forma, acaba se tornando o grande atrativo desta religião afrobrasileira, cada vez mais procurada nos dias de hoje, inclusive por membros das classes média e alta.





Catimbó e Pajelança

Os textos a seguir foram baseados na obra de Vagner Gonçalves da Silva: *Candomblé & Umbanda Caminhos da Devoção Brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2005

Do processo de transculturação ocorrido ao longo da história do Brasil, entre as práticas indígenas, africanas e o catolicismo devocional aos santos, se originaram algumas religiosidades em que o elemento indígena prevaleceu. Assim, o culto aos Caboclos, presentes na Umbanda e em alguns Candomblés, se espalhou por várias regiões do Brasil onde a influência do índio se mostrou mais intensa, como na Amazônia e em Pernambuco. Dentre estes cultos, podemos destacar a Pajelança, o Catimbó e a Cura ou Mesa de cura.

A principal característica destas religiões é a manifestação de espíritos de índios - conhecidos como Caboclos - de animais e antigos e prestigiados chefes do culto. Os trabalhos no Catimbó, por exemplo, se iniciam com a “abertura da mesa”, que consiste na defumação das pessoas reunidas ao redor do altar ou de uma mesa, feita com fumaça dos cachimbos. Posteriormente, iniciam-se as rezas católicas e as danças rituais, que têm por objetivo invocar os espíritos que irão “baixar” no corpo dos presentes. Entre os principais espíritos, temos Mestres indígenas, como Jandaraí, Xaramundi, Caboclo Tupi, entre outros; os Mestres de origem africana, como Pai Joaquim e Mestre Malunguinho; e os mestres de origem católica, como Mestre Santo Antônio.

Na pajelança da Região Amazônica, outros espíritos manifestam-se durante o ritual, como espíritos de animais reais (jacarés, cobras, botos, cavalos-marinhos) ou fantásticos (mãe-do-lago, cobra-grande). Após o ritual no qual os espíritos “baixam” no terreiro, os mesmos, incorporados nos mestres prestam consultas aos presentes, receitando ervas e remédios e realizando curas.





Sugestões de Atividades e Recursos Didáticos

- Propor aos alunos um trabalho de pesquisa relacionado às Religiões de Matriz Africanas. Seria interessante dividir os alunos em grupos, cada grupo pesquisaria uma das matrizes religiosas aqui abordadas. Após a pesquisa, os grupos deverão elaborar uma exposição de todo o material exposto.
- Após o trabalho de pesquisa, seria interessante fazer com os alunos uma visita a um terreiro, por que não? Visitar o terreiro como lugar de memória afro-brasileira. Fazer um passeio, uma visita, com o intuito de conhecer, desmistificar e desconstruir preconceitos em relação a esses espaços.
- Sugerir aos alunos que entrevistem líderes religiosos afro-brasileiros (padres e freiras, pastores/as, ialorixás, babalorixás). Perguntar-lhes sobre África, religião, conversão, fé... Apresentar as sínteses das entrevistas em mural, se possível com fotos.

Recursos didáticos

a) Vídeos / Filmes

- Atlântico Negro Na Rota dos Orixás. 1998. 75 min. Renato Barbieri.
Temas: Relação entre as religiosidades afro-brasileiras e africanas.
- Cafundó. 2006. Paulo Betti e Clóvis Bueno.
Tema: História das religiões afro-brasileiras.
- Mojubá. Canal Futura / A Cor da Cultura. Antonio Pompeu.
Temas: História e característica das religiões afro-brasileiras e de matriz africana

b) Músicas

- Chamada dos Santos Africanos - Cordel do Fogo Encantado
- Mamãe Oxum - Zeca Baleiro
- Cristo e Oxalá - O Rappa
- Tiro de Misericórdia - João Bosco
- Yansã Cadê Ogum - Clara Nunes
- Lua de Ogum - Zeca Pagodinho
- Babá Alapalá - Gilberto Gil
- Pedrinha - Cordel do Fogo Encantado
- Tecnomacumba - Rita Ribeiro





Referências Bibliográficas

- BIRMAN, Patrícia. O que é Umbanda. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRANDÃO, Ana Paula. Saberes e Fazeres, Vol. 3: modos de interagir. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.
- DUARTE, Eneida Gaspar. Guia de Religiões Populares do Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2002 (p. 47-55; 183-186; 195-251).
- GAARDER, Jostein. O Livro das Religiões. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, Cap. "Religiões Africanas" (p. 89-96).
- LOPES, Nei. Kitábu: O livro do saber e do espírito negro-africanos. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2005.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Umbanda. São Paulo: Ática, 1986.
- NEGRÃO, Lísias. Entre a Cruz e a Encruzilhada Formação do Campo Umbandista em São Paulo. São Paulo: Edusp, 1996.
- OLIVA, Anderson. As faces de Exu: representações européias acerca da cosmologia dos Orixás na África Ocidental (Séculos XIX e XX). In Revista Múltipla, Brasília: junho/2005. (p. 9-37).
- PIERUCCI, Antônio Flávio. Apêndice: As Religiões no Brasil. In GAARDER, Jostein. O Livro das Religiões. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, (p. 281-302).
- SILVA, Vagner Gonçalves da. Candomblé e Umbanda Caminhos da devoção brasileira. 2º Ed., São Paulo: Selo Negro, 2005.
- SILVEIRA, Renato da. Do Calundu ao Candomblé. In Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 1, nº 6, dezembro/2005. (p. 18-23).



- BENISTE José. Òrum Àiyé : O encontro de dois mundos: O sistema de relacionamento nagô-yorubá entre o céu e a terra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CASHMORE Ellis. Dicionário de relações étnicas e raciais / Ellis Cashmore com Michael Banton São Paulo: Summus, 2000.
- GARCIA, Januário. 25 anos 1980-2005: Movimento negro no Brasil. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- HEGEL, George W. F. Filosofia de la história universal. Madrid: Revista de Occidente, 1928. Tomo I.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. A África em sala de aula: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- KI-ZERBO. História da África Negra. Lisboa: Publicações Europa-América, 1999.
- LOPES Nei. Enciclopédia Brasileira Da Diáspora africana. São Paulo. Selo Negro, 2004.
- LOPES, Nei, 1942 Kitábu: O livro do saber e do espírito negro-africanos Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.
- M'BOKOLO, Elikia. África Negra História e Civilizações. Lisboa: Editora Vulgata, 2003.
- MEC / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e Ações para a educação das Relações Étnico-Raciais Brasília: SECAD, 2006.
- OLIVEIRA, Iolanda e GONÇALVES SILVA, Petronilha (Org). NEGRO E A EDUCAÇÃO - IDENTIDADE NEGRA, Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil. Rio de Janeiro: Anped. S/D.
- SABERES E FAZERES. Modos de sentir: Caderno de metodologias. Saberes e fazeres. A COR DA CULTURA Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006.
- SANTOS, Joana Elbein dos. Os Nagô e a morte: Pàde, Àsèsè e o culto Ègun na Bahia:. Petrópolis, Universidade Federal da Bahia, Vozes, 1986.
- SCARAMAL, Eliesse. Haiti, fenomenologia de uma barbárie. Goiânia: editora cânone. Coleção, etnicidade, região e nação, 2006.
- SEMINÁRIO “DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL”. II PREMIO EDUCAR PARA A IGUALDADE RACIAL. Experiências de Promoção da Igualdade Racial / Étnica no Ambiente Escolar. BRASÍLIA: CEERT, SECAD, 2001.
- SILVA, Alberto da Costa. A enxada e a lança: a África antes dos portugueses / 3º ed. revista e ampliada Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. Candomblé e Umbanda Caminhos da devoção brasileira. 2º Ed., São Paulo: Selo Negro, 2005.
- SILVEIRA, Renato. O Candomblé da Barroquinha: Processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto : Edições Maianga, 2006.
- SOW, Apha I. Introdução à cultura africana. Luanda, Unesco/Edições 70, 1977.

